



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FE - FACULDADE DE ECONOMIA
PPG – MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REFLEXÕES SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL

LETICIA APARECIDA LAVORATTO

CUIABÁ – MT

2017

LETICIA APARECIDA LAVORATTO

REFLEXÕES SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, ofertado pela Faculdade de Economia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Arturo Alejandro Zavala Zavala.

CUIABÁ – MT

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

L414r Lavoratto, Leticia Aparecida.
REFLEXÕES SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL / Leticia
Aparecida Lavoratto. -- 2017
95 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Arturo Alejandro Zavala Zavala.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento
Regional, Cuiabá, 2017.
Inclui bibliografia.

1. Pobreza Multidimensional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Políticas Públicas.
I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615 - 8521 - Email :

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "Reflexões sobre pobreza e desigualdade no Brasil."

AUTORA : Mestranda Leticia Aparecida Lavoratto

Dissertação defendida e aprovada em 23/01/2017.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor	Arturo Alejandro Zavala Zavala
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Doutor	Alexandre Magno de Melo Faria
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinadora Externa	Doutora	Suely da Costa Campos
Instituição :	INTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO (Cuiabá)	

CUIABÁ, 23/01/2017.

Aos meus pais, Odair e Mercedes, pelo incentivo e apoio.
Ao meu esposo, Alcindo Fernando pela compreensão e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, por todas as conquistas e por sempre iluminar meu caminho.

Aos meus pais Odair e Mercedes, por mostrar a mim, aos meus irmãos e ao meu sobrinho e afilhado o verdadeiro significado de ser uma família.

Ao meu esposo Alcindo Fernando, companheiro de todas as horas, por toda compreensão, paciência e amor.

Ao professor Arturo, pela orientação e dedicação na realização desse trabalho.

Ao meu amigo Daniel Maciel, pela amizade e por todas as horas de estudo.

A todos os professores, os colegas e a coordenação do PPG-ADR, pela contribuição não só a esta dissertação, mas também na minha vida pessoal e profissional.

Agradeço a CAPES, pelo auxílio financeiro para concluir com dedicação essa etapa.

Aos demais que não incluí especificamente, mas, que de uma forma ou de outra me ajudaram nessa caminhada.

“É melhor estar preparado para uma oportunidade e não ter nenhuma, do que ter uma oportunidade e não estar preparado.”

Whitney Young Jr.

RESUMO

A pobreza é um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, não se restringindo apenas à insuficiência de consumo, mas pelas privações aos quais os indivíduos estão expostos. Apresentou-se como a pobreza multidimensional é distribuída, através da criação de indicadores de baixa renda, vulnerabilidades e de pobreza. Após a criação desses indicadores realizou-se uma análise fatorial exploratória, para identificar cinco níveis de privações em que uma família possa estar. Os resultados mostraram que não há diferença significativa entre homens e mulheres se comparados com a média nacional na pobreza familiar. Além disso, as pessoas que não são de cor branca foram as que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional comparadas com a média nacional, já para a área de residência, os indicadores das pessoas que residem nas áreas rurais apresentaram resultados acima da média nacional, evidenciando a fragilidade do meio rural. Os estados que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para o ano de 2014 foram o Maranhão, Pernambuco e Alagoas, enquanto que os estados das regiões Sul e Centro-Oeste obtiveram os menores índices de pobreza multidimensional. Seguindo com as análises, estudou-se a como a pobreza no meio rural do estado de Mato Grosso no ano de 2010 está distribuída. Constatou-se que os 10 municípios mais pobres apresentaram em média um índice de pobreza de 39%, uma diferença na média de 11% entre os municípios mais e menos pobres do estado. Apesar da pobreza multidimensional não considerar a renda como fator principal na determinação da pobreza, os municípios que apresentaram os maiores índices de pobreza obtiveram também as menores rendas. Nos municípios mais pobres há maior participação dos homens como chefes de família, além de possuírem maior faixa etária. Os municípios mais pobres apresentaram os menores índices de educação formal, sugerindo que haja uma intervenção no meio rural no desenvolvimento educacional, como forma de combater o crescimento dos índices de pobreza nas áreas rurais. Outro ponto analisado é a respeito das políticas de transferência de renda, onde depois de debatido a relação entre pobreza e desenvolvimento econômico discute-se quando os programas de combate à pobreza possuem um nível de ineficiência considerada aceitável. De acordo com os resultados é preferível minimizar o número de elegíveis que não recebem o programa, mesmo que isso acarrete num aumento de inelegíveis recebendo o benefício de forma equivocada. Finalizando, avaliou-se o peso do Programa Bolsa Família no combate à pobreza, onde a diferença na pobreza entre aqueles que precisam do programa e não recebem e os que recebem é de 11,21%. Para as famílias biparentais e monoparentais o Programa Bolsa Família representa uma queda na pobreza de 11,06% e 11,89% respectivamente, como esses valores são próximos, não é possível afirmar que o Programa Bolsa Família tem maior peso para as famílias monoparentais. Portanto as políticas de transferência de renda seriam ineficientes para suprir a diferença na pobreza entre as famílias com estrutura familiar diferenciada, exigindo assim políticas específicas sobre o tema.

Palavras chaves: Pobreza Multidimensional, Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas.

ABSTRACT

Poverty is a complex phenomenon of multiple dimensions, not restricted to insufficient consumption, but rather to the privations to which individuals are exposed. It was presented how multidimensional poverty is distributed through the creation of indicators of low income, vulnerabilities and poverty. After the creation of these indicators an exploratory factorial analysis was carried out to identify five levels of deprivation in which a family may be. The results showed that there is no significant difference between men and women compared to the national average in family poverty. In addition, non-white people were those with the highest rates of multidimensional poverty compared to the national average, while for the area of residence, the indicators of people residing in rural areas presented results above the national average, Evidencing the fragility of the rural environment. The states with the highest rates of multidimensional poverty for the year 2014 were Maranhão, Pernambuco and Alagoas, while the states of the South and Central West regions had the lowest rates of multidimensional poverty. Following the analyzes, it was studied how poverty in the rural environment of the state of Mato Grosso in the year 2010 is distributed. It was found that the 10 poorest municipalities presented on average a poverty index of 39%, a difference in the average of 11% among the more and less poor municipalities of the state. Although multidimensional poverty does not consider income as the main factor in determining poverty, the municipalities with the highest poverty rates also obtained the lowest incomes. In poorer municipalities there is a greater participation of men as heads of families, besides having a larger age group. The poorest municipalities presented the lowest levels of formal education, suggesting that there is a rural intervention in educational development, as a way to combat the growth of poverty rates in rural areas. Another point analyzed is about income transfer policies, where the relationship between poverty and economic development is discussed when poverty reduction programs have a level of inefficiency considered acceptable. According to the results, it is preferable to minimize the number of eligible persons who do not receive the program, even if this leads to an increase in ineligible persons receiving the benefit in the wrong way. Finally, the weight of the Bolsa Família Program in the fight against poverty was evaluated, where the difference in poverty among those who need the program and do not receive and those who receive is 11.21%. For biparental and single parent families, the Bolsa Família Program represents a fall in poverty of 11.06% and 11.89% respectively, as these values are close, it is not possible to affirm that the Bolsa Família Program has greater weight for single parent families. Therefore, income transfer policies would be inefficient to meet the difference in poverty among families with a differentiated family structure, thus requiring specific policies on the subject.

Keywords: Multidimensional Poverty, Regional Development, Public Policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das características dos mais e menos pobres.	65
Tabela 2 – Classificação dos municípios com relação à pobreza e os clusters.	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Delimitação dos intervalos de classes e níveis de vulnerabilidade.	41
Quadro 2– Dimensões de pobreza multidimensional.	42
Quadro 3 - Siglas e Legendas dos próximos quadros.	51
Quadro 4 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional do Brasil em 2014.	52
Quadro 5 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos homens.	54
Quadro 6 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional das mulheres.	55
Quadro 7- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos brancos.	57
Quadro 8- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos não brancos.	59
Quadro 9- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional área urbana.	60
Quadro 10- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional da área rural.	62
Quadro 11 – Estimação do Modelo Completo	70
Quadro 12 – Modelo A – Famílias Biparentais.....	70
Quadro 13 – Modelo B – Famílias Monoparentais	71
Quadro 14 – Decomposição de Oaxaca-Blinder para Composição da Família	71
Quadro 15– Teste de Ajuste dos Modelos	72
Quadro 16 - Indicador de presença de vulnerabilidade das famílias.....	85
Quadro 17 - Indicador de acesso ao conhecimento.....	85
Quadro 18 - Indicador de acesso ao trabalho	85
Quadro 19 - Indicador de disponibilidade.....	86
Quadro 20 - Indicador de desenvolvimento	86
Quadro 21 - Indicador de condições habitacionais	86
Quadro 22 - Correlation Matrix ^a	90
Quadro 23 - KMO and Bartlett's Test	91
Quadro 24 - Communalities	91
Quadro 25 - Total Variance Explained	91
Quadro 26 - Component Matrix ^a	91
Quadro 27 - Rotated Component Matrix ^a	92
Quadro 28 - Component Transformation Matrix	92
Quadro 29 - Linhas de elegibilidade e benefícios do Programa Bolsa Família	93
Quadro 30 - Participantes de Benefícios Variáveis.....	94
Quadro 31 - Condicionalidades.....	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da pobreza multidimensional do Brasil em 2014.	53
Figura 2- Mapa da pobreza multidimensional dos homens.	55
Figura 3- Mapa da pobreza multidimensional das mulheres.	56
Figura 4- Mapa da pobreza multidimensional dos brancos.	58
Figura 5- Mapa da pobreza multidimensional dos não brancos.	60
Figura 6- Mapa da pobreza multidimensional da área urbana.	61
Figura 7- Mapa da pobreza multidimensional da área rural.	63
Figura 8 - Distribuição da pobreza rural em Mato Grosso no ano de 2010.	64
Figura 9- Mapa dos agrupamentos (<i>clusters</i>) de pobreza rural em Mato Grosso em 2010.	68
Figura 10 - Novos agrupamentos (<i>clusters</i>) de pobreza rural em Mato Grosso no ano de 2010.	68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Pobreza Multidimensional.....	18
2.2 A pobreza rural no Brasil	20
2.3 Pobreza e desenvolvimento econômico	21
2.4 Políticas Públicas e o Papel do Governo no Combate à Pobreza e Desigualdade.....	23
2.5 Programas de Transferência de Renda no Brasil.....	26
2.6 Programa Bolsa Família.....	28
2.7 Combate à pobreza e a ineficiência nas políticas	31
3. METODOLOGIA	38
3.1 Índice de Pobreza por Análise Fatorial	38
3.1.1 Linha de baixa renda	38
3.1.2 Linha de vulnerabilidade	39
3.1.3 Índice de pobreza multidimensional.....	41
3.2 Análise de Agrupamento (<i>Cluster</i>)	41
3.2.1 Índice de pobreza e variáveis selecionadas	42
3.2.2 Análise de Agrupamento	42
3.3 Microsimulação do Programa Bolsa Família.....	44
3.3.1 Simulando a Participação no Programa Bolsa Família	45
3.3.2 Pareando as famílias.....	46
3.4 Decomposição de Oaxaca-Blinder	47
4. RESULTADOS	51
4.1 Construção de Um Indicador de Pobreza Multidimensional Utilizando a Análise Fatorial para 2014.....	51
4.3 Influência do Programa Bolsa Família na Pobreza entre as Famílias Biparentais e Monoparentais.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
6. REFERÊNCIAS	76
7. Anexos.....	85
8. Apêndices.....	87

1. INTRODUÇÃO

Sendo facilmente reconhecida, a pobreza é um tema antigo. Adam Smith já a abordava desde o seu trabalho inicial, para ele a pobreza é revelada através do atraso econômico, condição essa que seria indiretamente eliminável através do crescimento de produção de todos os setores econômicos (ANDRADE, 1989).

Embora a renda do Brasil seja suficiente para suprimir a extrema pobreza, uma porcentagem significativa dos brasileiros não consegue suprir suas necessidades básicas devido à grande desigualdade e concentração de renda, o que torna favorável a aplicação de políticas públicas que busquem promover a retirada dessa parte da população pobre (SOUZA et. al., 2011).

No Brasil, a pobreza atinge milhões de brasileiros e apesar de não ser considerado um fenômeno baseado exclusivamente na renda, a concentração de renda é um fator de peso (MOREIRA, 2011). Até o ano de 2013 o Brasil vinha obtendo resultados expressivos em relação ao PIB - (Produto Interno Bruto) comparando com outras economias, porém a pobreza sempre foi um problema que esteve presente, atingindo milhões de brasileiros.

Sen (1999) afirma que países com alto PIB per capita podem ter baixa qualidade de vida, com grande massa populacional submetida, por exemplo, à mortalidade prematura. Caso semelhante a isso podem ser observado no Brasil e China, pois possuem baixo índice de desenvolvimento social, porém com PIB elevado.

A pobreza é reconhecida como um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, não se restringindo apenas à insuficiência de consumo, mas pelas privações aos quais os indivíduos estão expostos, sendo relacionada não apenas com a renda e o mercado de trabalho, mas também com políticas e relações sociais (ROCHA, 2005).

Ao longo dos últimos anos a busca pelo crescimento econômico vem dando espaço também ao desenvolvimento. Com isso é comum os Estados implementarem políticas como as de combate à pobreza e transferência de renda condicionados a determinadas exigências como frequência escolar, visitas a centros de saúde ou simplesmente para garantir um nível de subsistência mínimo (SOUZA et. al., 2011).

O estado de Mato Grosso faz parte das unidades federativas do Brasil e é conhecido pela sua concentração na produção agropecuária. Tendo sua economia focalizada na produção rural, cerca de 1/3 da população total de Mato Grosso está

abaixo da linha da pobreza, em que mais de 70% desses pobres estão em área rural. (SILVA, 2010).

Autores como Byerlee *et al* (2005) constataram que países com maiores crescimento agrícolas por trabalhador tenderiam a maiores velocidades de redução da pobreza rural de acordo com uma análise pautada na renda. Porém, para esse estudo o Brasil foi um caso fora do comum, em que por mais que haja um bom crescimento agrícola em comparação com outros países, sua redução da pobreza rural foi abaixo do esperado, isso aconteceu devido ao crescimento agrícola estar concentrado em lavouras de exportação, como é o caso do estado de Mato Grosso.

Assim o presente trabalho tem o seguinte problema a ser estudado: Como a pobreza multidimensional está distribuída no Brasil e quais os impactos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza? Dessa forma, tem-se como objetivo geral analisar como a pobreza multidimensional esta distribuída no Brasil, porém dado à expansão do tema, o trabalho terá foco nesses objetivos específicos:

1. Caracterizar a pobreza juntamente com as políticas públicas de combate à pobreza teoricamente para embasar as outras análises.
2. Construir um indicador de pobreza multidimensional para avaliar como a pobreza está distribuída no Brasil para o ano de 2014.
3. Aplicar o indicador de pobreza de Barros *et al* (2006) na pobreza rural de Mato Grosso no ano de 2010 para fazer um estudo específico para esse caso.
4. Avaliar o peso do Programa Bolsa Família no combate à pobreza, fazendo-se uma análise geral para o Brasil e uma comparação se a diferença na pobreza devido à estrutura familiar poderia ser reduzida por programas de transferência de renda.

Dessa forma, inicialmente na introdução vem classificar a pobreza multidimensional e discutir a relação entre pobreza e desenvolvimento econômico, na qual depois de identificado o indicador de pobreza multidimensional desejado é discutido quando os programas de combate à pobreza teriam uma ineficiência considerada aceitável. Posteriormente se apresenta a metodologia onde se está detalhado o indicador de pobreza multidimensional, criado para realizar as análises para o Brasil, assim como o método de microssimulação e decomposição de Oaxaca-Blinder que serão utilizados para avaliar o peso do Programa Bolsa Família.

Os resultados foram divididos em três partes, primeiramente se realizou a aplicação do índice de pobreza criado para o Brasil para identificar como ela está distribuída, depois se analisou como a pobreza rural estaria agrupada e finalmente se verificou o peso do Programa Bolsa Família no combate à pobreza. Nas considerações finais se destacou os principais resultados e complementou-se essas análises com base no referencial teórico apresentado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Feres e Mancero (2001) afirmam que a palavra pobreza apresenta diversos significados, eles citam o trabalho de Paul Spicker (1999), que identifica onze formas possíveis de interpretar pobreza, estas são: necessidade, padrão de vida, insuficiência de recursos, falta de seguridade básica, falta de representação, privação múltipla, exclusão, desigualdade, classe, dependência, padecimento inaceitável. Os estudos econômicos centram a atenção a problemáticas relacionadas à necessidade, padrão de vida e insuficiência de recursos. As necessidades correspondem à carência de bens e serviços requeridos para a subsistência na sociedade, padrão de vida corresponde a formas de vida inferiores a outras, insuficiência dos recursos correspondem às necessidades básicas que o indivíduo deveria possuir.

Como as necessidades, padrão de vida e insuficiência de recursos ficam associadas a recursos monetários que um indivíduo apresenta durante um determinado tempo, muitos estudos estiveram concentrados na medição da renda. CEPAL (2007) afirma esta mesma situação da seguinte forma: “a medição tradicional da pobreza mede a carência na medição da renda”. Quando se faz uma medição da renda, o que se pretende fazer com isto é identificar a pobreza a partir de um indicador, criando uma ordem da distribuição da pobreza que possa ser comparado transversalmente ou através do tempo. Entre os representantes desta forma de medição tem-se Ravillion (1994) e Foster e Sen (1977).

Devido ao fato de que a renda por si mesma não explicar claramente a pobreza, outros indicadores foram propostos a partir do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), construída por Amartya Sen e Mahbub ul Haq (1990), como o chamado Índice de Pobreza Humana desenvolvida por Anand e Sen (1997), um primeiro indicador chamado de IPH-1, definido para países em desenvolvimento, estabeleceu as seguintes considerações: a) Expectativa de vida de 40 anos ou mais; b) taxa de analfabetismo adulto; c) média da porcentagem de população sem acesso a água potável; e d) a porcentagem de crianças com baixo peso segundo a sua idade. Um outro indicador de pobreza para países desenvolvidos é o chamado IPH-2, definido a partir dos seguintes indicadores: a) a probabilidade de não viver 60 ou mais; b) a proporção da população adulta (15-65 anos) que carece de capacidades alfabéticas funcionais; c) a porcentagem da população abaixo da linha da pobreza, medida como o 50% da mediana da renda

familiar; e d) a porcentagem da população que esteve desocupada durante os 12 meses anteriores ou mais (LARRAÑAGA, 2007).

Segundo Añazco e Perez (s.d.), em 2010 com motivo do 20º Aniversário da publicação do relatório do desenvolvimento humano, surge um novo indicador, elaborado pela PNUD e a colaboração da *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), este novo indicador foi construído por Akaike e Foster (2007). O método se caracteriza pela elaboração de duas fases: a de elaboração das dimensões de pobreza e a de agregação dessas dimensões. Na primeira fase o pesquisador deve escolher as dimensões que representam os grandes eixos onde se avalia a vulnerabilidade dos direitos das pessoas, nesta fase se deve escolher as dimensões que de alguma forma possam constituir uma política pública. Na segunda fase se procede a agregar os indicadores na forma de unidade familiar, obtendo desta forma um *rating* de pobreza.

2.1 Pobreza Multidimensional

Há um consenso cada vez mais amplo sobre a natureza multidimensional da pobreza, sendo associadas às condições de vida que vulneram a dignidade das pessoas, limitam seus direitos, restringem suas liberdades fundamentais, impedem a satisfação de suas necessidades básicas e impossibilitam sua plena integração social em que tais elementos não podem ser reduzidos a uma única característica ou dimensão (CONEVAL, 2009).

Ao analisar a ausência de capacidade em alguns indivíduos, Sen (2000) caracteriza a pobreza como sendo a privação dessas capacidades e a negação de oportunidades básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos. O cidadão é privado de ter uma boa saúde, educação, ter um padrão de vida decente, ter dignidade e amor próprio, poder desfrutar de sua vida e ter liberdade, entre muitas outras privações, segundo o autor, tais capacidades seriam o determinante da liberdade desses indivíduos. Dessa maneira, a pessoa que possuísse alto grau de privação seria considerada pobre, pelo fato de possuir pouca liberdade para viver a vida que valoriza.

Sen (2000) rejeita a determinação da quantidade de recursos na medida de bem-estar, para ele o bem-estar está relacionado ao fato de estar bem, afirmando ainda que o padrão de vida não deve ser relacionado à quantidade de recursos de uma pessoa, mas em sua qualidade de vida e conseqüentemente em sua liberdade.

As privações que uma família possui estão relacionadas à pobreza de forma que tais privações restringem a liberdade dessa família. Essa privação pode ser mensurada tanto de forma relativa, ou seja, comparando-se famílias ou de forma absoluta, que delimita uma linha de análise (SEN, 2000).

Existem diversas formas de se mensurar essas privações, visto que a pobreza pode ser classificada por alguns como falta de renda enquanto que para outros é analisada como um fenômeno multidimensional, sendo medida por vários subitens que o pesquisador considera importantes para uma família. Dessa maneira, a falta desses subitens seria prejudicial a essas famílias, medindo assim a pobreza dessa família (SEN, 1999). Outras definições também são bastante empregadas nas literaturas sobre o assunto, como:

Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (NARAYAN, 2000).

Para Barros e Franco (2006), não existe um padrão exato que defina a pobreza, porém há o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno de caráter multidimensional. Segundo eles, os índices de pobreza unidimensional são ineficientes porque consideram que todos os indivíduos utilizam a renda de forma semelhante, o que pode não ocorrer, sendo assim definem a pobreza como um fenômeno de caráter multidimensional.

Mestrum (2002 *apud* Lima 2005), afirma que a multidimensionalidade da pobreza tem como potencial situar os pobres e os não pobres dentro de uma sociedade, dividindo-os por um ponto de vista que não considere apenas a renda como causadora dessa pobreza, mas a diversos elementos importantes, possibilitando dessa forma, a verificação de grupos onde os elementos que são relacionados com a renda são satisfatórios, enquanto que os outros elementos que não estão relacionados à renda estão sendo insatisfatórios para esses indivíduos. Dessa forma, as análises de pobreza que consideram exclusivamente a renda e as análises feitas pelo pensamento utilitarista não poderiam avaliar a pobreza pela ótica multidimensional.

A pobreza necessita que seja construído um indicador que corresponda à abordagem multidimensional. Conforme Salama e Destremau (1999), a construção de itens para a pobreza é cheia de avaliações subjetivas que influenciam no resultado final

da análise, dessa forma, deve-se considerar vários aspectos da pobreza para proporcionar um melhor entendimento do seu problema.

2.2 A pobreza rural no Brasil

A modernização da agricultura no Brasil colocou o país como um dos maiores produtores e exportadores agrícolas, ocupando confortáveis colocações no que tange aos índices de produtividade e eficiência econômica no mercado mundial. Embora o modelo de desenvolvimento adotado tenha alcançado números significativos para a economia brasileira, o destaque negativo para o alcance desse status foi à reafirmação do modelo concentrador, da intensificação da desigualdade no meio rural, do êxodo rural, da redução das oportunidades de trabalho e da geração de processos sustentáveis, visto que esse modelo não se preocupou com a sustentabilidade ambiental e com a igualdade social (MACHADO et. al., 2008).

Conforme Maciel et. al. (2014), constatou-se que a pobreza na área rural de Mato Grosso tem caráter multidimensional em que a renda por pessoa não é capaz de explicar diretamente a pobreza multidimensional a que as famílias estão expostas. Apesar do potencial agropecuário, a área rural não se distingue do consenso com relação à pobreza.

Há ainda o reconhecimento por Wanderley (2000) e Mocelin (2010), de que o meio rural é mais fragilizado do que o meio urbano. Devido ao fato das ações de combate a pobreza serem empregadas mais facilmente nas áreas urbanas, devido à concentração das pessoas, sendo assim, a área rural possui maiores dificuldades no acesso a serviços essenciais básicos.

Para Batista e Neder (2014), a pobreza rural apresenta especificidades em relação à pobreza urbana, visto que a educação, saneamento básico e acesso aos serviços básicos de saúde às famílias pobres do meio rural apresentam índices de vulnerabilidade mais expressivos.

A pobreza rural no Brasil está relacionada ao rápido processo de industrialização e de urbanização que ocorreu na segunda metade do século XX com o progresso da expansão da produção econômica, porém em contrapartida os resultados sociais foram nocivos pelos altos índices de pobreza, pelo menos inicialmente. Fatores que contribuíram para a institucionalização da pobreza rural estão relacionados à concentração fundiária, através da desapropriação do camponês, ao aumento das

tecnologias que acarretaram em desemprego, as relações precárias de trabalho, não satisfazendo os trabalhadores e também pelo êxodo rural (MALUF e MATTEI, 2011).

Os mesmos autores destacam ainda outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil. Primeiro, o acesso a terra: quando a mensuração da pobreza é realizada utilizando outras variáveis além da renda quem não tem o direito de possuir a terra apresenta exclusão social; Segundo, as capacidades humanas: nesse aspecto tem-se a importância da educação como determinante para proporcionar um aumento da renda das famílias; Terceiros, outras formas de capital físico: apesar da propriedade da terra ser o capital mais importante condicionando formas de investimento, diferentes outras formas de capital agem no aumento da renda e da produção; Quarto, acesso e participação nos mercados: a maioria dos agricultores não está no mercado devido ao fato de não possuírem as tecnologias necessárias e pela própria qualidade dos produtos; Quinto, acesso aos serviços básicos: essas privações fazem com que o meio rural seja mais fragilizado que o urbano em todas as regiões do mundo; Sexto, infraestrutura: tem-se a precariedade nos serviços de saneamento básico, transporte, lazer, cultura eletricidade e até mesmo de água potável, além de serviços específicos na saúde e educação; Sétimo, oportunidade de trabalho: são muitas as dificuldades de alocação de mão-de-obra rural tanto na agricultura quanto em outras atividades produtivas.

A pobreza rural é definida em termos de insuficiência de rendimento, da falta de acesso a bens e serviços, da negação dos direitos básicos das famílias, das privações as quais as famílias estão expostas, da falta de bem estar. Todos esses fatores contribuem para o aumento do processo de exclusão social (MALUF e MATTEI, 2011).

2.3 Pobreza e desenvolvimento econômico

Uma Nação pode ser muito rica em termos de valor produzido, como o PIB *per capita*, mas ainda ter muitos habitantes pobres (SEN, 1993). Apesar de o debate entre crescimento e desenvolvimento econômico possuir opiniões variadas a respeito de como um país deveria se desenvolver, há o consenso de que a busca do desenvolvimento vise reduzir a pobreza de seus habitantes e não apenas ter um PIB médio por habitante maior.

Dessa maneira, Sen (1993) argumenta que há duas questões a serem tratadas: primeiramente a prosperidade e o crescimento econômico como sendo um dos meios para enriquecer a vida das pessoas, porém tal crescimento apesar de necessário não é suficiente, sendo imprescindível uma análise adicional a respeito da eficiência do

crescimento econômico para a minimização da pobreza e do que pode ser feito para melhorar isso.

De forma semelhante à Sen (1993), North (2007) salienta que o desenvolvimento é o processo de transição de uma ordem social com acesso limitado para uma com acesso aberto, sendo um processo de transformação social que não é gerado obrigatoriamente pelo crescimento econômico, necessitando que surjam mecanismos institucionais que transfiram para o campo político os ganhos da economia (North, 2007). Salama (2011) e North (2007) destacam que esse processo de transição não é automático e não pode ser pressuposto que o crescimento econômico gerará o fortalecimento das instituições e o desenvolvimento econômico.

Apesar do alto crescimento econômico do período militar brasileiro (1964 – 1985), Hoffmann (2001) argumenta que o crescimento nem sempre acompanha o desenvolvimento, na qual indica o aumento da concentração de renda e o aumento na taxa de mortes de crianças devido à miséria, como indicadores de redução no desenvolvimento desse período.

Partindo da busca pelo desenvolvimento, na qual se tem como foco a redução da pobreza, há o consenso de que esta é um fenômeno multidimensional (Barros et. al., 2006), em que não se pode ser verificada apenas pela sua utilidade, pois em situações de privações constantes, é de se esperar que as pessoas não se queixem continuamente, mas se acomodem e aceitem sua condição inaceitável inicial, como algo aceitável e normal. Com isso Sen (2000) contribui para a definição da pobreza como um fenômeno multidimensional relacionado às privações de uma família, em que nações mais desenvolvidas possuiriam indivíduos com maiores liberdades e conseqüentemente menos pobreza.

Dessa forma, Sen (2000) justifica que o desenvolvimento deva ser verificado por diferentes processos e não apenas por uma análise homogênea, como renda real e utilidade, pois cada indivíduo avalia suas necessidades de forma distinta, na qual apesar de diversas cestas de consumo poder trazer utilidades diferentes a cada indivíduo, a percepção de sua própria pobreza e consumo está diretamente ligada à educação desses indivíduos.

Em Crespo e Gurovitz (2002) supõe-se que no desenvolvimento seja necessário remover as principais fontes de privação das liberdades, como a minimização da pobreza, liberdade de direitos com a retirada da tirania, oportunidades de escolha econômica, voz social e interferência excessiva do Estado.

De forma semelhante a uma seleção adversa incorrida pela presença de assimetria de informação, a falta de uma educação de base limitará a liberdade de escolha do indivíduo influenciando em sua percepção de escolha de cada cesta de consumo. Como é o caso descrito por Castillo e Costa (2008) que ao analisar uma comunidade pobre da Venezuela, constataram grande presença de uso de álcool e de violência familiar. Dessa forma é de se esperar que apesar da utilidade do consumo do álcool seja maior que o aplicado em outros produtos, é consensual que a escolha pelo abuso nocivo desse produto seja prejudicial ao desenvolvimento familiar e acarrete o aumento de sua pobreza. Maciel e Zavala (2015) discutem como o acesso a informação visando diminuir a seleção adversa reduzem a pobreza multidimensional de uma família, combatendo a perpetuação da pobreza e promovendo o desenvolvimento, por melhorar a liberdade de escolha dos indivíduos.

Narayan (2000) orienta que as políticas públicas de combate à pobreza aplicadas sem a concordância com os beneficiários, somente seriam eficazes e sustentáveis a longo prazo se corresponderem a um conhecimento sistemático das percepções dos pobres. Percepção essa que deveria ser superior aos próprios indivíduos alvos da política.

2.4 Políticas Públicas e o Papel do Governo no Combate à Pobreza e Desigualdade

No Brasil e no mundo a pobreza e a distribuição desigual de renda são consideradas fatores de grandes embaraços e discussões, pois é inaceitável que com o nível de desenvolvimento tecnológico e econômico tão avançado ter na sociedade famílias em situação de pobreza e pobreza extrema (MOREIRA et. al., 2010).

A origem das desigualdades no Brasil é histórica, estando presente desde os tempos coloniais onde a agricultura era destinada para monocultura de exportação nas grandes propriedades em decorrência de um modelo econômico de crescimento concentrador. No período do Império e Republicano esse padrão de desigualdade foram acentuados (REIS, 1997).

Surgem então nesse período as oligarquias nacionais e regionais com a função de “substituir o poder da metrópole, além de oferecer proteção àqueles que se colocam sob sua tutela, constituindo, assim, um poder político local”. O objetivo das políticas sociais era o de criar condições de trabalho com viabilidade e disponibilidade de mão-de-obra para as monoculturas. Tais políticas estavam integradas aos interesses da

oligarquia regional e à operacionalização do modelo primário de exportação (CORBUCCI, 2003, p. 63).

Em uma análise feita para o Brasil, Furtado (1969) constata como a histórica desigualdade elevada na distribuição de renda inibe o crescimento econômico, favorecendo o subemprego e perpetuando a pobreza, na qual o hiato no consumo formado por pequenos grupos de privilegiados e um grande grupo de pobres reduz as dimensões e inibem a polarização do mercado, impedindo o aproveitamento de economias de escala no país. Com isso o emprego também fica centralizado em oligopólios que concentrarão a renda devido a poder de mercado.

Segundo Moreira et. al. (2010) diversas são as formas que o governo pode adotar para enfrentar a pobreza, tais como a adoção de políticas sociais, políticas de oferta e demanda para o mercado de trabalho. Porém, caso não adote nenhuma dessas políticas, as regras de mercado atuaram livremente aumentando ou reduzindo o nível de pobreza existente.

De acordo com Reis (1997) o governo começou a priorizar as políticas sociais no ano de 1930, quando através do processo de industrialização o governo passa a ser o impulsionador da modernização. Devido a isso, o Estado começa a intervir no mercado tanto como produtor quanto como ofertante de bens e serviços e também integram aos interesses dos burgueses os pedidos populares proporcionando assim bem-estar à população. Porém, a exclusão social teve grande aumento após as mudanças na estrutura econômica e social, pois a gestão de políticas pública não era suficiente para suportar o aumento do êxodo rural.

No período de 1960 e 1970 as políticas sociais foram utilizadas como ferramenta na ampliação do mercado interno, pois as políticas públicas de renda tinham como objetivo o aumento do poder de compra da classe média. Entre as décadas de 1970 e 1980 ocorreu o agigantamento da máquina estatal devido ao aumento da interferência do Estado tanto nas áreas sociais quanto na área econômicas através da expansão dos órgãos e de programas de fomento regional (CORBUCCI, 2003).

Conforme Vianna (1988) a constituição Federal de 1988 é o marco da política social, pois se inicia a constituição da cidadania e a criação de condições de políticas públicas à assistência social contribuindo com a universalização da educação, saúde e previdência social. Várias garantias de bem-estar foram deliberadas, resguardando os direitos do cidadão de forma a aumentar ou melhorar as condições de vida.

O Brasil começa a redefinir o papel do Estado a partir de 1990, priorizando as questões econômicas. As políticas sociais sofreram reduções em razão de ajustes estruturais e da contenção do déficit público, não havendo preocupação com as questões sociais. Após o ajuste econômico as políticas sociais passaram a ter função de “amortecer os impactos dos altos custos do ajuste junto às classes mais baixas” (CORBUCCI, 2003, p. 73).

Um dos principais instrumentos de viabilização das políticas públicas de distribuição de renda é o gasto público. É função de o Estado promover melhorias na distribuição de renda, podendo utilizar de todos os instrumentos legais disponíveis, sejam eles impostos diretos ou indiretos, isenções, incentivos e subsídios, entre outros (NASCIMENTO, 2006). Para Amartya Sen (2000), o estado e o sistema de governo exercem papéis fundamentais, pois garantem o cumprimento tanto dos deveres quanto dos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Para Petterini (2012) os gastos públicos têm função alocativa, com a promoção de bens e serviços para os cidadãos, enquanto que os programas de transferência de renda apresentam função distributiva. Dessa forma o governo tenta reduzir a distribuição desigual de renda minimizando assim as assimetrias sociais.

Segundo Barros et. al. (2000) as políticas de redução de pobreza não devem ser fundamentadas somente no crescimento pois a redução da pobreza necessita de políticas cuja prioridade seja a redução da desigualdade. Kanbur e Squire (2001) afirmam a necessidade de políticas em favor dos mais pobres com avaliação do crescimento em conjunto com medidas para reforçar a igualdade ou o emprego de medidas para diminuir o crescimento causador de desigualdades.

Para Vianna (2008) a expansão de posições afirmando que as políticas e instituições voltadas aos mais pobres e vulneráveis promoveriam tanto a eficiência quanto a equidade, implementaram-se programas de transferência com condicionalidades com foco nos mais pobres com o objetivo de cumprir funções de redistribuição e alívio da pobreza.

Segundo Petterini (2012) projetos para redução da pobreza compreendem em investimentos econômico-social para a população mais carente, buscando subsidiar tanto financeira quanto tecnicamente iniciativas de garantir melhorias das condições gerais de subsistência e elevação do padrão de qualidade de vida. De acordo com De Azevedo (2010) novas estratégias de proteção social surgiram combinando redes de

segurança, transferência de renda e focalização nos pobres auxiliando na superação da situação de pobreza.

2.5 Programas de Transferência de Renda no Brasil

Assim como muitos países da América Latina o Brasil estabeleceu num primeiro momento um sistema de proteção social contributivo e excludente. Mesmo com todo empenho na criação de um sistema de proteção social, a desigualdade da sociedade era reproduzida, o sistema era urbano, formal e principalmente branco. As populações negras ou indígenas não eram contempladas em sua maioria e esperava-se uma inclusão futura através da integração ao mercado de trabalho formal (SOARES e SÁTYRO, 2009).

No ano de 1971 com a criação da previdência rural foi que o Brasil iniciou um sistema inclusivo. O reconhecimento do trabalho em atividades no campo que em sua maioria eram informais ajudou na separação entre contribuição e benefícios, permitindo assim que a dimensão das necessidades fosse introduzida no sistema de proteção social e também um novo paradigma no processo de construção da proteção social brasileira – a solidariedade foi inaugurada (SOARES e SÁTYRO, 2009).

Através da Constituição de 1988 novos e importantes aspectos para a construção de um novo sistema brasileiro de proteção social foram consolidados. A Carta Magna de 1988 nivelou o estatus da assistência social com educação, saúde e previdência, garantindo a ampliação dos direitos sociais a toda sociedade brasileira trazendo assim o Estado de Bem-Estar Social que já era adotado na Europa. Através da Carta foi criado ainda o direito a uma renda de solidariedade para idosos e portadores de deficiência que estavam em situação de extrema pobreza: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (SOARES e SÁTYRO, 2009).

Segundo Soares e Sátyro (2009) através da criação do BPC admitiu-se que a existência da pobreza era um risco social, passando a existir legalmente e sendo reforçada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. O BPC concedia um salário mínimo a pessoas que não podiam trabalhar ou pela idade ou por possuir alguma deficiência física ou mental cuja renda familiar *per capita* fosse inferior a um quarto de salário mínimo.

Em 1991 através do Projeto de Lei nº. 2561 propõem-se à instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) sob a forma de imposto de renda negativo. Este projeto é referente à renda individual e todos os brasileiros com idade

superior a 25 anos e rendimentos inferiores a Cr\$ 45.000,00 teriam direito a uma renda mínima de 30% da diferença entre seus rendimentos e o limite de Cr\$ 45.000,00. Assim pela primeira vez no Congresso Nacional um sistema de proteção baseado na solidariedade nacional foi instalado (SOARES e SÁTYRO, 2009).

Ainda que em 1990 o conceito desenvolvido indicar para os programas de garantia de renda mínima, os programas de transferência de renda condicionada é que foram implementados no Brasil. Para os programas de garantia de renda mínima a renda é o principal critério, enquanto que os programas de transferência de renda condicionada exigiam que os beneficiários participassem de ações que beneficiem tanto a si próprios quanto as suas famílias (SOARES e SÁTYRO, 2009).

Surgiram três experiências locais de renda mínima no Brasil em 1995. Estes programas eram direcionados a famílias com crianças menores de 14 anos e exigiam das famílias contrapartidas educacionais. Em Campinas, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima cuja linha de elegibilidade era de R\$ 35,00 e o benefício médio de R\$ 117,00; no Distrito Federal, a Bolsa Familiar para Educação cuja linha era de R\$ 60,00 e o benefício de um salário mínimo por família; e em Ribeirão Preto o Programa de Garantia de Renda familiar mínima. O maior objetivo destes programas era o incentivo à educação, com expectativas de diminuir o número de desistência escolar que ocorria em virtude de muitas crianças terem que trabalhar desde cedo para ajudar no domicílio (SOUZA e FONSECA, 1997; SILVA, GIOVANNI e YASBECK, 2004).

Em 1996 surgiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o primeiro no âmbito federal e cujo foco era as crianças de sete a quinze anos que trabalhavam ou tinham probabilidade de trabalhar muitas vezes em atividades perigosas ou insalubres. A contrapartida exigida era que as crianças menores de dezesseis anos não trabalhassem e tivessem frequência escolar de no mínimo 75%. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, juntamente com a Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) são os órgãos responsáveis pelo programa e o benefício concedido era de R\$ 25,00 para as crianças da área rural e de R\$ 40,00 para as áreas urbanas. Nos anos de 1997 e 1998 inspirados pelo programa do Distrito Federal houve vários municípios que criaram algum tipo de programa de transferência de renda condicionada (LAVINAS, 1998).

De acordo com Lindert et al (2007) criou-se em 2001 o Programa Bolsa Escola, o segundo programa de transferência de renda condicionada federal no Brasil cujo benefício era concedido a famílias com renda *per capita* abaixo de R\$ 90,00. O valor da

bolsa era de R\$ 15,00 por criança com o limite de três benefícios por família, em contrapartida exigia-se 85% de frequência mínima escolar. A responsabilidade do programa ficou a cargo do Ministério da Educação. O programa apresentava objetivos de curto e longo prazo, principalmente a redução da pobreza e o aumento do nível educacional das crianças gerando conseqüentemente uma melhor capacitação futura que levaria a geração de renda, fazendo assim com que o ciclo vicioso da pobreza fosse rompido, pois somente seria possível rompê-lo através do aumento do nível educacional da população como um todo.

Outro programa criado em 2001 foi o Bolsa Alimentação com o foco de combater a desnutrição e melhorar a saúde das famílias mais pobres. O ministério da Saúde respondia pelo programa e o valor do benefício era de R\$ 15,00 por criança entre 6 meses e 11 anos de idade, gestantes e lactantes em risco nutricional com um teto de R\$ 45,00 por família. Suas condicionalidades eram o aleitamento materno, exames pré-natais para as gestantes e vacinação das crianças. Em 2002 instituiu-se o Programa Auxílio Gás, cujo foco eram as famílias com renda inferior a meio salário mínimo, sendo elas beneficiárias da Bolsa Escola ou da Bolsa Alimentação. Seu objetivo era que as famílias pudessem comprar o gás necessário para utilização doméstica, através da renda bimestral que elas recebiam (LINDERT et. al. 2007).

Já no ano de 2003 cria-se o Cartão Alimentação, um programa de transferência de R\$ 50,00 para famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. A finalidade deste auxílio era exclusivamente para a compra de alimentos (SOARES e SÁTYRO, 2009).

Segundo Soares e Sátyro (2009) os sistemas de informação dos programas de transferência de renda não eram integrados e dessa forma algumas famílias poderiam receber todos os benefícios enquanto outras que estivessem vivendo sob as mesmas condições poderia não receber nenhum deles. Nenhum dos programas abrangia todo o território nacional, porém, tantos os programas federais, estaduais e municipais mesmo seguindo linhas de pobreza diferentes reconheciam a pobreza como um risco social e buscavam atender os indivíduos de domicílios pobres. Assim, ainda em 2003 com o objetivo de unificar estes programas, o Governo Federal cria o Programa Bolsa Família.

2.6 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 e esta previsto na Lei Federal nº. 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº. 5.209/2004 com a finalidade da

unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal com o Programa Bolsa Escola que é o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação; o Cartão Alimentação do Programa Nacional de acesso à Alimentação (PNAA); o Programa Bolsa Alimentação do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada a Saúde; o Programa Auxílio Gás e o Cadastramento Único do Governo Federal. A principal fonte de renda utilizada pelo programa provém da arrecadação dos impostos sobre as residências, rendas industriais, contribuições previdenciárias, transferência correntes e também de empréstimos (PAULINO et. al., 2016).

O objetivo do programa é o combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil, garantindo as condições mínimas de alimentação adequada, assegurando o mínimo de dignidade para as famílias que sofrem com a fome (LINDERT et. al. 2007).

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias que se encontram em situação de pobreza e pobreza extrema em todo o país. Desde 2011 integra o Plano Brasil Sem Miséria que agrupou diversas iniciativas para o acesso aos direitos básicos, oportunidade de trabalho e de empreendedorismo. A gestão do programa é descentralizada e compartilhada entre a União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do programa. Ao nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é o responsável pelo Programa e os pagamentos e a execução ficam a cargo da Caixa Econômica Federal (MDSA, 2015).

O Programa apresenta três pilares bases em sua composição, são eles: o Complemento da Renda, que através da transferência de renda promove a redução imediata da pobreza, já que as famílias agora dispõem de uma renda líquida e certa; o Acesso a Direitos, através do cumprimento de condicionalidades que visam reforçar os compromissos que as famílias têm para com a educação, saúde e assistência social com o objetivo de oferecer condições para que as futuras gerações possam quebrar o círculo da pobreza, as condicionalidades não tem caráter punitivo, pois buscam garantir que as famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema tenham acesso aos direitos sociais básicos; e por último a Articulação com Outras Ações, com os programas complementares, cujo objetivo é o desenvolvimento das famílias para superação da vulnerabilidade, através de programas que buscam diminuir os obstáculos que bloqueiam sua ascensão no bem-estar social (MDSA, 2015).

O programa atende as famílias que vivem em situação de pobreza e pobreza extrema. De acordo com o Decreto nº. 8.232 de 30 de Abril de 2014 podem participar do programa todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 77,00 mensais e as famílias com renda por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Para participar as famílias precisam se inscrever no Cadastro Único, receber uma identificação que é o Número de Identificação Social (NIS) e atender as exigências necessárias. As famílias selecionadas recebem um cartão de saque que é emitido pela Caixa Econômica Federal e enviado para a residência da família através dos correios, o Cartão Bolsa família. As famílias recebem todos os meses do Governo Federal uma quantia em dinheiro que depende do tamanho da família, da idade de seus membros e da renda, há também benefícios específicos para famílias com crianças e jovem de até 17 anos, gestantes e para as mães que amamentam (MDSA, 2015).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário- MDSA as condicionalidades exigidas pelo Programa Bolsa Família são as seguintes:

- ✓ As crianças e adolescentes de 6 a 17 anos devem estar matriculadas na escola;
- ✓ Frequência escolar mínima de 85% para as crianças e para os adolescentes de até 15 anos, e para os jovens com idade entre 16 e 17 anos, a frequência mínima de 75%;
- ✓ Estar com a carteira de vacinação atualizada; tendo também a anuência médica sobre desenvolvimento das crianças de até 07 anos;
- ✓ Acompanhamento pré-natal e das mulheres lactantes.

Quando algum compromisso o programa não são cumpridos são aplicados efeitos gradativos que variam conforme o histórico de descumprimento da família, inicialmente é gerada uma advertência onde à família é comunicada de que ocorreu descumprimento de condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício. Quando o descumprimento se repete em um período de até seis meses, há o bloqueio, que impede que as famílias recebam o benefício por um mês, embora esse valor possa ser sacado no mês seguinte juntamente com a nova parcela. Se, após o bloqueio, houver novo descumprimento em até seis meses, o benefício fica suspenso por dois meses, sem possibilidade de a família reaver essas parcelas. O efeito mais grave é o cancelamento do benefício e o processo segue regras específicas da gestão de condicionalidades (MDSA, 2015).

2.7 Combate à pobreza e a ineficiência nas políticas

Supondo uma iniciativa que deseje combater a fome numa determinada comunidade, havendo uma política de transferência de renda e outra de entrega de alimentos, qual das duas escolher? Opta-se por aquela com o menor custo entre alternativas de mesmo alcance no combate a fome. Apesar da decisão entre essas duas políticas não seja difícil de ser realizada, quando se tem como foco o combate à pobreza e a fomentação do desenvolvimento tal decisão esbarra na seguinte pergunta: como mensurar a pobreza?

É desejável que esse índice de pobreza seja comparável intertemporalmente, para se possível identificar o avanço, estagnação e retrocesso; e regionalmente para inferir sobre populações distintas. Para Barros et. al. (2006), há o reconhecimento da pobreza como um fenômeno multidimensional, na qual existe o amplo reconhecimento de que uma medida escalar de pobreza seja desejável, há também divergência entre pesquisadores sobre quais e como as diversas dimensões da pobreza devam ser agregadas.

A percepção da pobreza evoluiu com o passar do tempo, inicialmente era identificada através de uma única dimensão como falta de renda ou presença de fome, depois passou a englobar a subsistência baseada no mínimo biológico para um indivíduo sobreviver. Posteriormente pela abordagem das necessidades básicas ampliou a visão da pobreza incluindo serviços públicos essenciais e abrigo. Finalmente, a percepção da pobreza incluiu privações relativas e privações de capacidades, na qual englobou padrões mínimos de vida considerados aceitáveis e liberdades, conceituando a pobreza como um fenômeno multidimensional como é considerado atualmente (LIMA, 2005; MACIEL e ZAVALA, 2015).

O Conselho Nacional de Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social – CONEVAL criou para o México um indicador que consiste na combinação de um índice de privação monetária e outro índice de privação social para selecionar diversos níveis de pobreza que uma família pode estar inserida (CONEVAL, 2009).

Para o Brasil, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Barros et al (2006) desenvolvem um indicador de pobreza multidimensional, na qual é possível avaliar questões de subsistência como renda e acesso a serviços fundamentais como água e luz, privações e vulnerabilidades como mortalidade infantil e escolaridade, assim como a acessibilidade dos membros da família ao mercado de trabalho. Discutiram

também a necessidade de bases de dados mais completas para que seja possível visualizar a pobreza de forma mais transparente.

Dessa forma, após escolhido e construído o indicador de pobreza desejado, é possível avaliar diferentes projetos e escolher qual deles otimizará a redução da pobreza como um todo ou de uma dimensão específica. Com isso, faz-se inicialmente (*ex ante*) a projeção de diversos projetos de combate à pobreza para analisar qual o melhor, e posteriormente (*ex post*) a aplicação do projeto escolhido seria possível realizar uma avaliação para determinar se a política é eficiente ou ineficiente.

Um dos programas sociais de transferência de renda mais conhecidos é o Programa Bolsa Família criado em 2003 pelo governo federal com o foco nas famílias mais pobres e beneficiando os estados brasileiros mais pobres. Através do programa Bolsa Família surgiu uma política pública nacional visando o enfrentamento da pobreza e a garantia de acesso de todas as famílias pobres aos direitos sociais e não simplesmente a uma renda complementar (CAMPELLO, 2013).

O objetivo do Programa Bolsa Família é o de contribuir para a inclusão social das famílias brasileiras em situação de miséria, promovendo o alívio imediato da situação de pobreza e da fome, além de induzir o acesso das famílias às redes públicas de saúde e de educação. Em suma o programa busca interromper o ciclo de reprodução da pobreza (CAMPELLO, 2013).

De acordo com Soares e Sátyro (2009) um dos pontos mais controversos do Programa Bolsa Família são as portas de saída. Segundo os autores, o Programa Bolsa Família pode ter efeitos negativos no longo prazo se a falta de empenho, de esperança no futuro ou até a falta de ambição para um futuro melhor forem às causas da pobreza de uma família. Partindo desse ponto uma medida a ser tomada seria o estabelecimento de limites máximos de permanência das famílias no programa, assim como no caso do seguro-desemprego. Outra alternativa seria deixar a cargo dos gestores do programa a busca pelas portas de saída, ou seja, que existam políticas sociais para abrir as portas de saída.

O governo brasileiro promoveu políticas sociais com objetivo de auxiliar as famílias beneficiárias a saírem da condição de pobreza mediante os programas complementares, como por exemplo: Programa Brasil Alfabetizado, o ProJovem, o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, o Programa Nacional da Agricultura Familiar, Programas de Microcréditos do Banco do Nordeste, Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Luz para Todos, porém nenhum desses

programas foi desenvolvido explicitamente para os beneficiários do Bolsa família. Já o Plano Setorial de Qualificação foi desenvolvido para os beneficiários do Programa Bolsa Família e tem o objetivo de formar os beneficiários do programa para o setor da construção civil. A responsabilidade do programa ficou a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (SOARES e SÁTYRO, 2009).

Soares e Sátyro (2009) afirmam que a focalização e a cobertura do programa são extremamente importantes para os programas de transferência de renda condicionadas não universais, pois se o objetivo é selecionar os mais pobres para receber os benefícios é fundamental que essas famílias mais pobres sejam de fato selecionadas, assim como para ter impacto relevante sobre a pobreza e a desigualdade é primordial que o programa atenda grande parte das pessoas pobres. Porém, podem ocorrer alguns erros de focalização, por exemplo, através de fraudes, que infelizmente existem, tais como parentes e amigos de políticos que utilizam da influência para receber o benefício sem possuir as condições exigidas; erros na captação da renda e volatilidade de renda, onde as famílias que estão acima da linha de exigibilidade tendem a subdeclarar sua renda, ou até mesmo os assistentes sociais fazer estimativas abaixo da renda quando identifica famílias pobres, mas que não são elegíveis aos programas.

A Caixa Econômica Federal é de grande importância para o Programa Bolsa Família, pois além de ser o agente pagador também opera o Cadastro Único. Toda a base de informação do Programa Bolsa família é operada pela Caixa Econômica Federal, o que é um problema, visto que o sistema da Caixa não é adequado, pois é grande a dificuldade de usarem a informação do Cadastro Único para os relatórios gerenciais e análises, ocasionando complicações na condução do programa (SOARES e SÁTYRO, 2009).

Continuando os autores, afirmam que o Cadastro Único é um bom cadastro de pessoas pobres, mas que apresenta algum viés de seleção quando alguns municípios se esforçam para manter um bom cadastro enquanto que outros não, fazendo com que seja necessário cuidado nas comparações intermunicipais. Apesar de ser incompleto pois muitas famílias pobres não foram cadastradas, o Cadastro Único possui um bom questionário e conta com muitos agentes municipais esforçados para manter as informações atualizadas. O Cadastro Único abre um meio de comunicação entre a população mais pobre e o Estado.

Muitas foram as polêmicas e os mitos que surgiram acerca dos efeitos da constituição de um programa de transferência de renda diretamente aos mais pobres, por

exemplo, a incerteza da destinação que as famílias dariam aos recursos monetários recebidos e se saberiam fazer o uso adequado desses recursos. No entanto, os resultados do programa nos últimos anos, mostram que as famílias não só fazem o uso correto desses recursos, comprando bens essenciais ao sustento e desenvolvimento como também fazem um planejamento financeiro com o intuito de ampliar suas perspectivas e oportunidades, evidenciando que a própria família é quem sabe onde melhor aplicar o benefício, pois conhece suas necessidades e características (CAMPELLO, 2013).

Ao aumentar o valor dos benefícios conforme o tamanho da família (até cinco filhos) o programa gerou outra crítica, a de que as famílias beneficiárias tenderiam a ser oportunistas com o intuito de ter acesso a maiores recursos e passariam a ter mais filhos elevando a dependência dessa família, pois muitos filhos, em especial com idade inferior a 15 anos, tendem a dificultar o processo de superação do ciclo de pobreza. No entanto, o Programa Bolsa Família não tem provocado aumento da taxa de fecundidade entre as mulheres beneficiárias e a tendência de queda na taxa de fecundidade da população brasileira continua em todas as faixas de renda sendo mais expressivo para os mais pobres. No geral as mulheres ampliaram o uso dos métodos contraceptivos e a queda também foi maior nos estados menos desenvolvidos e que apresentam maiores números de famílias beneficiárias do programa (ALVES e CANENAGHI, 2013).

Para Jannuzzi e Pinto (2013) outro ponto bastante difundido é o de que o Programa Bolsa Família estaria acomodando as famílias com o chamado “efeito preguiça”, não incentivando os beneficiários adultos a trabalharem formalmente e gerando cada vez mais dependência. Porém, de acordo com os autores no que diz respeito à ocupação, procura de emprego ou jornada de trabalho, não há diferença entre os beneficiários e pessoas não beneficiárias com renda semelhante, esse “efeito preguiça” seria, no entanto apenas mais um mito criado.

O trabalho de Santos et. al. (2013), evidencia que o Programa Bolsa Família apresentou resultados importantes na redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional. O acesso ao benefício para as mães de baixa renda permite um aumento nos gastos com alimentação, melhorando a nutrição das gestantes fazendo com que apresentem redução no número de crianças com baixo peso em consequência de desnutrição intrauterina. As condicionalidades exigidas pelo programa faz com que as mães realizem as consultas de pré-natal, reforçando os cuidados com a gestação, ao peso e nutrição do bebê refletindo na queda de partos prematuros.

Segundo Campello (2013), após a implantação do Programa Bolsa Família, houve uma melhora na condição de saúde das crianças, além da redução da desnutrição infantil e a diminuição da mortalidade infantil, tanto por doenças infectocontagiosas tanto por desnutrição e diarreia. Devido às condicionalidades do programa o atendimento básico de saúde foi fortalecido, proporcionando reflexos importantes na saúde das gestantes e das crianças. Houve ainda o aumento da amamentação como alimento exclusivo para as crianças de até 6 meses de idade e também o aumento de crianças com o calendário de vacinação completo.

Outra condicionalidade do Programa Bolsa Família é referente à educação. O principal objetivo é a redução dos índices de evasão e regularização da trajetória escolar, apoiando a inclusão, permanência e progressão escolar das crianças cujas famílias se encontrem em situação de pobreza ou pobreza extrema, contribuindo para a redução do número de crianças de 6 a 16 anos de idade que estejam fora da sala de aula. O efeito da condicionalidade de educação proporcionou resultados positivos, quanto à evasão e aprovação os alunos das famílias beneficiárias melhoram o desempenho. Houve redução da taxa de abandono escolar no ensino fundamental e médio e as taxas de aprovação melhoraram gradativamente (CRAVEIRO e XIMENES, 2013).

Bourguignon (2007) através de microssimulações fazendo uma análise *ex ante*, constatou que 60% das crianças pobres que não estudariam, passariam a estudar posteriormente a implementação do programa Bolsa Escola. Por ser uma simulação ou previsão, é necessária uma análise da efetividade do programa, na qual uma análise *ex post* complementar seria necessário. Ferro (2003) realizou uma análise *ex post* do programa Bolsa Escola e constatou que apesar daqueles que receberam terem um incentivo para colocar as crianças na escola, seu objetivo de erradicar o trabalho infantil foi pouco conclusivo, pois em sua maioria apesar de haver redução nas horas trabalhadas, muitas famílias ainda possuem crianças em situação de trabalho em meio período mesmo recebendo esse auxílio. Cabe ressaltar que apesar de Ferro (2003) e Bourguignon (2007) utilizarem modelos distintos de análise, ambos os modelos apresentados complementam a avaliação do programa.

Tavares (2009) avaliando o programa Bolsa Família, identificou que apesar de cumprir com seu objetivo, obteve uma redução na concentração de renda e pobreza abaixo do previsto. O que leva a seguinte pergunta: quando um programa de combate à pobreza deve ser mantido mesmo que ineficiente?

Soares et. al. (2003) argumenta que a focalização real de um programa sempre estará distante da ideal. Segundo o autor sempre haverá algum grau de ineficiência, pois é de se esperar um cunho variado de motivos para isso acontecer, desde erro de declaração, erro no cadastro a comportamentos estratégicos das famílias para ocultar renda proveniente de mercado informal, não sendo possível assim implementar um mecanismo de focalização perfeito.

Os mesmos autores enfatizam que independente do motivo, há dois tipos de erros de focalização. O primeiro por excluir uma família elegível ao programa e o segundo por incluir famílias inelegíveis ao programa. Dessa forma deve-se buscar minimizar o primeiro erro de focalização, pois os custos sociais de uma família à beira da fome e da miséria abandonada são severos, com isso essa minimização é preferível ainda que vá aumentar o segundo erro de focalização, ou seja, o autor indica que se minimize a exclusão de famílias elegíveis ao programa ainda que aumente o número de famílias inelegíveis recebendo o benefício.

Logo estes autores, concluem que o segundo erro de focalização somente é prejudicial quando famílias muito longe da linha da pobreza recebessem o benefício ou transferências que nada teriam a ver com o programa, fazendo o programa cair em descrédito, além de ser um caso de injustiça social. Devido a isso, faz-se necessário um delineamento do quão distante do real um programa de combate à pobreza poderia chegar.

Inicialmente por uma abordagem unidimensional, se a pobreza fosse mensurada apenas pela falta de renda e tendo a concentração de renda como seu medidor, é de se esperar que políticas que visassem combater a pobreza, mas que aumentasse a concentração de renda deveria ser descontinuada, pois seria prejudicial ao desenvolvimento econômico. Porém em se tratando de pobreza multidimensional não é possível aumentar a privação de uma liberdade que já lhe é negada, por exemplo, havendo uma iniciativa que buscasse reduzir o trabalho infantil, por pior que fosse realizada jamais poderia deixar piorar a situação de uma família que já utiliza mão de obra infantil.

Duas variáveis devem ser consideradas: o custo por família ou indivíduo elegível ao programa ideal e o quanto disso foi realizado de fato. Dessa forma é possível identificar qual a porcentagem de ineficiência e traçar metas aceitáveis.

O Estado ao taxar seus cidadãos para a realização de uma política de combate à pobreza desenhada para atender fundamentalmente os mais pobres, teria êxito

dependendo do grau de ineficiência. Tal taxaço tenderia a aproximar os cidadãos menos pobres dos mais pobres, gerando equidade ainda que a pobreza fosse considerada multidimensionalmente. Porém, o nível de ineficiência impacta diretamente nessa equidade conforme o já exposto por Soares et. al. (2003), na qual seria indesejável quando essa ineficiência fosse capaz de gerar iniquidade (afastando os menos pobres dos mais pobres), atrasos no desenvolvimento futuro da sociedade ou um peso morto de magnitude que supere o ganho social da política (SOUZA et. al., 2011).

3. METODOLOGIA

Para este trabalho a metodologia utilizada está dividida em 4 partes, para atender cada objetivo específico escolhido, sendo elas: A análise fatorial, utilizando o proposto pela CONEVAL (2009) e Barros, Silva e Franco (2006) para construir um indicador de pobreza multidimensional para avaliar como a pobreza está distribuída no Brasil em 2014; a Análise de Agrupamento (*cluster*), aplicando o indicador de pobreza desenvolvido por Barros, Silva e Franco (2006) na pobreza rural de Mato Grosso no ano de 2010; a Demonstração da microssimulação do Programa Bolsa Família juntamente com a apresentação da extensão da decomposição de Oaxaca Blinder para avaliar o peso do Programa Bolsa Família no combate à pobreza, fazendo-se uma análise geral para o Brasil e uma comparação se a diferença na pobreza devido à estrutura familiar poderia ser reduzida por programas de transferência de renda.

3.1 Índice de Pobreza por Análise Fatorial

Utiliza-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 2014 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para criar um Índice de Pobreza Multidimensional que classificará as famílias como tendo ou não pobreza multidimensional. Os dados foram tratados e optou-se pela exclusão das famílias em que há dados ausentes ou subitens utilizados não respondidos. A criação das tabelas, mapas e análise fatorial foram realizadas através do programa *R-3.2.3 for Windows*.

Esse índice será formado por duas linhas semelhante à proposta feita pelo CONEVAL (2009) para criação de um indicador de pobreza multidimensional comparável inter regionalmente. A primeira, linha de baixa renda, identifica as famílias com renda abaixo de 154 reais mensais *per capita* como tendo insuficiência de renda, com base no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A segunda, linha de vulnerabilidade, identificará em cinco níveis as privações de uma família. Dessa forma, as famílias com pobreza multidimensional serão aquelas com insuficiência de renda e vulnerabilidade média ou pior.

3.1.1 Linha de baixa renda

Essa linha segregará as famílias que não possuem ao menos 154 reais mensais *per capita* como tendo baixa renda (BR):

$$BR = \begin{cases} 1 & \text{Se Renda per capita} < R\$154 \text{ mensais per capita} \\ 0 & \text{Se Renda per capita} \geq R\$154 \text{ mensais per capita} \end{cases}$$

É possível também criar uma linha extrema baixa renda (BRE):

$$BRE = \begin{cases} 1 & \text{Se Renda per capita} < R\$77 \text{ mensais per capita} \\ 0 & \text{Se Renda per capita} \geq R\$77 \text{ mensais per capita} \end{cases}$$

3.1.2 Linha de vulnerabilidade

Utilizando-se dos indicadores de vulnerabilidade e pobreza de Barros et al (2006) demonstradas em anexo e da análise fatorial exploratória, identifica-se cinco níveis em que uma família pode estar.

Segundo Lattin, Carroll e Green (2011), a análise fatorial é um método estatístico que supõem que as variâncias dos dados multivariados observados na amostra podem ser explicadas por um número menor de fatores específicos, na qual o estudo examina o inter-relacionamento entre os dados para encontrar um conjunto menor de fatores que revele o que as variáveis coletadas da amostra partilham em comum através do método de rotação *Varimax*, de acordo com os autores trata-se de um método de rotação ortogonal cuja pretensão é de que existam alguns pesos significativos para cada componente principal e que todos os outros pesos sejam próximos de zero, ou seja, tem como objetivo a maximização de variação entre os pesos de cada componente. Dessa forma busca-se a tendência da amostra e conseqüentemente a tendência da população brasileira em 2014. Os testes da análise fatorial estão nos apêndices.

Para a criação da *Linha de vulnerabilidade* utiliza-se dos indicadores baseados em Barros, Silva e Franco (2006), (C, D, H, T e V) e com base no modelo geral de Lattin, Carroll e Green (2011) para análise fatorial exploratória demonstra em seu modelo geral que:

$$\left\{ \begin{array}{l} I_1 = \lambda_{11}\varepsilon_1 + \lambda_{12}\varepsilon_2 + \dots + \lambda_{1c}\varepsilon_c + \delta_1 \\ I_2 = \lambda_{21}\varepsilon_1 + \lambda_{22}\varepsilon_2 + \dots + \lambda_{2c}\varepsilon_c + \delta_2 \\ I_3 = \lambda_{31}\varepsilon_1 + \lambda_{32}\varepsilon_2 + \dots + \lambda_{3c}\varepsilon_c + \delta_3 \\ \vdots \\ I_p = \lambda_{p1}\varepsilon_1 + \lambda_{p2}\varepsilon_2 + \dots + \lambda_{pc}\varepsilon_c + \delta_p \end{array} \right. \quad (1)$$

Em notação matricial torna-se:

$$I = \lambda\varepsilon'_c + \delta \quad (2)$$

Respeitando a igualdade:

$$\text{var}(I_i) = \text{var}(\lambda\varepsilon'_c + \delta_i) = \lambda_i^2 + \text{var}(\delta_i) = 1 \quad (3)$$

Sendo que I representa os dados da amostra, os coeficientes λ representam o grau que cada medida I reflete sobre os fatores ε , como a relação de I não é perfeitamente explicada pela interação de λ com os fatores ε adiciona-se o termo δ que explica a variância remanescente de I .

A criação da *Linha de vulnerabilidade* tem como base o modelo matricial de dois fatores da seguinte forma:

$$I_k = \lambda_{k1}X_1 + \lambda_{k2}X_2 + \delta_k \quad (4)$$

Sendo que I_k representa os dados da amostra, os coeficientes λ_{k1} e λ_{k2} representam o grau que cada medida I_k reflete sobre os fatores X_1 e X_2 , como a relação de I_k não é perfeitamente explicada pela interação de λ_{k1} e λ_{k2} com os fatores X_1 e X_2 , adiciona-se o termo δ_k que explica a variância remanescente de I_k . Com base nos indicadores de vulnerabilidade das famílias de Barros et. al. (2006) e com o modelo acima se encontra os seguintes fatores X_1 e X_2 representando cada dimensão da vulnerabilidade:

$$X_1 = \begin{bmatrix} X_{1C} \\ X_{1D} \\ X_{1H} \\ X_{1T} \\ X_{1V} \end{bmatrix} \quad X_2 = \begin{bmatrix} X_{2C} \\ X_{2D} \\ X_{2H} \\ X_{2T} \\ X_{2V} \end{bmatrix} \quad (5)$$

Recombinam-se os indicadores I_k em α_k :

$$\alpha_{ki} = \frac{\left(I_{ki} - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n I_{ki} \right)}{\sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n \left(I_{ki} - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n I_{ki} \right)^2}} \quad (6)$$

Sendo a matriz de α_k para cada dimensão representada por γ_i :

$$\gamma_i = [\alpha_{Ci} \quad \alpha_{Di} \quad \alpha_{Hi} \quad \alpha_{Ti} \quad \alpha_{Vi}]^T \quad (7)$$

A interação de γ_i será feita pela multiplicação de sua matriz transposta com as matrizes dos fatores X_1 e X_2 formando W_1 e W_2 :

$$W_{1i} = \gamma_i^T X_1 \quad (8)$$

$$W_{2i} = \gamma_i^T X_2 \quad (9)$$

A *Vulnerabilidade Familiar* – VF é construída pela interação W_1 e W_2 com W_β da seguinte forma:

$$VF_i = \sqrt{(W_{1i} - W_\beta)^2 + (W_{2i} - W_\beta)^2} \quad (10)$$

Sendo que W_{β} é formado pela máxima vulnerabilidade da matriz γ_i (e consequentemente formado pela máxima vulnerabilidade de cada indicador de pobreza multidimensional) a *Vulnerabilidade Familiar* é formado pela comparação fatorial dos indicadores que representam as dimensões de que cada família está exposta.

Dessa forma, se constrói cinco intervalos de classes para delimitar os níveis de vulnerabilidade de cada família:

Quadro 1 – Delimitação dos intervalos de classes e níveis de vulnerabilidade.

Sigla	Nível de Vulnerabilidade	Intervalo de classe
VMB	Vulnerabilidade muito baixa	02,68 - 10,28
VB	Vulnerabilidade baixa	10,28 - 17,88
VM	Vulnerabilidade média	17,88 - 25,48
VA	Vulnerabilidade alta	25,48 - 33,08
VMA	Vulnerabilidade muito alta	33,08 - 40,67

Fonte: Dados da pesquisa.

3.1.3 Índice de pobreza multidimensional

$$IPM = \begin{cases} 1 & \text{Se } BR = 1 \text{ e } VF > 17,88 \\ 0 & \text{caso contrário} \end{cases}$$

O Índice de pobreza multidimensional – IPM classifica as famílias com presença de pobreza multidimensional como aquelas com baixa renda e vulnerabilidade média ou pior. O índice assumirá valor 1 se a família é classificada com pobreza.

3.2 Análise de Agrupamento (*Cluster*)

Com o intuito de avaliar os municípios, utiliza-se da base de dados do Censo Demográfico do período de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que apresentou os dados referentes aos 141 municípios de Mato Grosso. Os dados foram tratados e optou-se pela exclusão das famílias em que há dados ausentes ou subitens utilizados não respondidos. Para a análise dos resultados foram considerados os 10 municípios que apresentaram os maiores e os 10 municípios com os menores índices de pobreza na média, além da análise de agrupamento gerada através *software* SPSS 20 for Windows.

3.2.1 Índice de pobreza e variáveis selecionadas

Adotou-se o índice sintético (S) de pobreza multidimensional de Barros, Silva e Franco (2006), em que será aplicado para os residentes das áreas rurais do estado de Mato Grosso. Sendo esse índice formado por seis dimensões:

Quadro 2– Dimensões de pobreza multidimensional.

Dimensão V: Representa a vulnerabilidade familiar.
 Dimensão C: Representa o acesso ao conhecimento.
 Dimensão T: Representa o acesso ao trabalho.
 Dimensão R: Representa a disponibilidade de recursos.
 Dimensão D: Representa o desenvolvimento infantil.
 Dimensão H: Representa as condições habitacionais.

Fonte: Pesquisa com base em Barros, Silva e Franco (2006).

Esse índice final S é formado pela média aritmética simples de cada Dimensão (D_j) da pobreza:

$$S = \frac{\sum_{j=1}^6 D_j}{6} \quad (11)$$

Sendo que cada Dimensão é formada pela média aritmética de cada item (I_i)

$$D_j = \frac{\sum_{i=1}^k I_i}{k} \quad (12)$$

Como o objetivo do trabalho está em analisar a pobreza de cada município. Encontra-se a média de pobreza rural de cada município ponderada pelos pesos W de cada família i no Censo Demográfico 2010:

$$\overline{M}_i = \frac{\sum_{i=1}^n S_i W_i}{\sum_{i=1}^n W} \quad (13)$$

Com isso cada município deve variar de 0 a 1, sendo os mais pobres com o indicador mais próximo de 1. Os subitens detalhados e a pobreza média de cada município serão apresentados no apêndice.

3.2.2 Análise de Agrupamento

A análise de agrupamento é um procedimento de estatística multivariada que busca realizar o agrupamento de um conjunto de dados em subgrupos homogêneos chamados de clusters, através de medidas e relações de proximidade ou similaridade,

além de separar esses grupos segundo suas distâncias ou dissimilaridades (CÂMARA, 2009).

Conforme Xavier (2012), a análise de agrupamento consiste em agrupar um conjunto de observações de modo que as observações que pertençam a um mesmo grupo sejam parecidas entre si e diferentes das dos demais grupos.

Medidas de Similaridade

Os métodos de análise de agrupamento demandam de uma medida de similaridade entre os elementos a serem agrupados. Geralmente é expressa como uma função distância ou métrica. Seja M um conjunto, uma métrica em M é uma função $d: M \times M \rightarrow R$, tal que para quaisquer $x, y, z \in M$, tem-se:

1. $d_{xy} > 0$ - para todo $x \neq y$
2. $d_{xy} = 0 \Leftrightarrow$ para todo $x = y$
3. $d_{xy} = d_{yx}$
4. $d_{xy} \leq d_{xz} + d_{zy}$

Distância Euclidiana

A distância euclidiana não é afetada por adição, mas por mudanças de escala. Sejam dois elementos $X = [X_1, X_2, \dots, X_p]$ e $Y = [Y_1, Y_2, \dots, Y_p]$, é definida por:

$$d_{xy} = \sqrt{\sum_{i=1}^p (X_i - Y_i)^2} \quad (14)$$

A distância euclidiana entre dois elementos é dada matricialmente por:

$$d_{ab} = [(X_a - X_b)^T (X_a - X_b)]^{1/2} \quad (15)$$

$$X_a = [X_{a1} \ X_{a2} \ \dots \ X_{ap}]^T \quad (16)$$

$$X_b = [X_{b1} \ X_{b2} \ \dots \ X_{bp}]^T \quad (17)$$

Sendo X_a e X_b o vetor de característica.

Pelo fato dos dados não estarem no mesmo padrão de medidas, as variáveis serão padronizadas:

$$Z_{ij} = \frac{X_{ij} - \bar{X}_j}{S_j}, \quad \text{sendo que } Z_{ij} \sim (0,1) \quad (18)$$

Como a pesquisa utilizará a Distância Euclidiana Quadrática em que se coloca maior peso nos objetos que estão mais separados, a seguinte expressão a define:

$$d_{xy} = \sum_{i=1}^p |X_i - Y_i| \quad (19)$$

Métodos Hierárquicos

O método hierárquico de agrupamento consiste em uma série de sucessivos agrupamentos ou sucessivas divisões de elementos, onde os elementos são classificados em métodos aglomerativos (*bottom-up*) e métodos de divisão ou divisivos (*top-down*).

Como não se pretende escolher uma medida hierárquica arbitrária, preferiu-se utilizar o método de *Ward* para definir as distâncias entre grupos. Nesse método, a função distância é dada por:

$$d_{(UV)W} = \frac{((N_W + N_U)d_{UW} + (N_W + N_V)d_{VW} - N_W \cdot d_{UV})}{N_W + N_U + N_V} \quad (20)$$

Onde: N_U e N_W são os números de elementos no grupo U e V , respectivamente; d_{UW} e d_{VW} são as distâncias entre os elementos UW e VW .

3.3 Microsimulação do Programa Bolsa Família

Como se pretende avaliar o peso do Programa Bolsa Família - PBF na pobreza é necessário inicialmente simular seu valor recebido por esse programa, utilizando-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 2014, em que a metodologia de simulação é descrita a seguir.

Para identificar os rendimentos dos PBF nas Pnad, fazem-se os seguintes procedimentos:

1. Identificação dos domicílios que permite ligar a base de dados das Pessoas com os Domicílios.
2. Junção das bases de dados, criando assim domicílios.
3. Limpeza da base de dados, retirando:
 - ✓ Indivíduos cuja condição no domicílio é pensionista, empregado, doméstico ou parente de empregado doméstico.
 - ✓ Os domicílios em que algum dos moradores tem rendimentos ignorados ou não declarados em alguma fonte de renda.

3.3.1 Simulando a Participação no Programa Bolsa Família

Após realizar esse procedimento, é possível verificar na classificação *outros rendimentos* (variável v1273), o valor recebido pelo PBF. Porém como há nessa mesma variável os rendimentos de juros e dividendos, é necessário que haja uma separação do que é rendimento do Programa Bolsa Família e o que não é.

Para separar os valores do Programa Bolsa Família utiliza-se o método de valores típicos, semelhante ao realizado por Barros (2006), Soares *et al.* (2006) e Souza *et al.* (2011). Esse procedimento classificará como rendimento do PBF toda família que possua valores maiores que zero na variável v1273 (denominada de outros valores ou de v_{it}) e que esteja de acordo com as tabelas do Anexo.

Seja H_{it} , um vetor de característica da família i no ano t , tais como renda per capita, se há criança na escola, dentre outras declaradas nas Pnad's de 2004 a 2014. E seja $f(H_{it})$ a função que classificaria se a família é elegível ou não ao Programa Bolsa Família:

$$f(H_{it}) \in [0; 1]$$

Logo a $f(H_{it}) = 0$, caso não esteja incluída no programa ou valor 1 caso esteja incluída. Sendo K_{it} o máximo possível que uma família i pode receber no ano t , pode-se calcular o valor dos recebimentos do PBF (variável $rPBF$):

$$rPBF_{it} = \begin{cases} f(H_{it}) * v_{it} , se K_{it} \geq v_{it} \\ f(H_{it}) * K_{it} , se K_{it} < v_{it} \end{cases}$$

Dessa forma $rPBF_{it}$ assume o valor total declarado em outros rendimentos (v_{it}), caso tenha declarado valor igual ou menor que o máximo que a família é elegível para receber do programa ($K_{it} \geq v_{it}$), ou caso ela tenha declarado receber mais que o máximo elegível ($K_{it} < v_{it}$), $rPBF_{it}$ assume o valor de $f(H_{it}) * K_{it}$. O $f(H_{it})$ está contido na fórmula, pois caso a família não seja elegível para o PBF o valor simulado de $rPBF_{it}$ será igual a zero, afinal $f(H_{it}) = 0$ quando a família não é elegível. Com esse procedimento é possível simular o valor do $rPBF_{it}$.

3.3.2 Pareando as famílias

Souza et. al. (2011) atenta para o fato da possibilidade de haver subestimação ou não informação com respeito a variável outros rendimentos (v_{it}), o que faria uma subestimação do valor recebido pelo Programa Bolsa Família. Com isso seria necessário parear as famílias que não declararam valores em v_{it} , mas que provavelmente receberam valores do Programa Bolsa Família. Com isso cria-se a variável **prPBF** que se refere ao pareamento dos valores recebidos pelo Programa Bolsa Família. Nessa variável está contido rPBF e também aqueles que foram pareados.

Primeiramente estima-se um *probit* tendo como variável dependente a variável R_i , que assume valor 0 quando $rPBF=0$ e valor 1 quando $rPBF>0$, e como variável independente o vetor de características da família (H_i). Com isso tem-se o valor estimado de R , denominado de *estR_i* como sendo a probabilidade de R_i ser igual a 1, ou seja, a probabilidade da família i fazer parte do PBF. Isso é feito separadamente para cada ano, pois não é possível fazer um painel pelo fato das famílias não serem identificáveis.

Com isso é possível encontrar as famílias que não declararam “outros rendimentos” (v_{it}) e que pela metodologia utilizada ficaram com $rPBF = 0$, da seguinte forma:

$$prPBF_{it} = \begin{cases} rPBF_{it}, & \text{se } rPBF_{it} > 0 \\ f(H_{it}) * K_{it}, & \text{se } G_{it} = 1 \\ 0, & \text{se caso contrário} \end{cases}$$

Em que $G_{it}=1$ caso a família seja considerada como elegível ao pareamento e zero caso contrário:

$$G_{it} = \begin{cases} 1, & \text{se } estR_{it} \geq 0.70 \\ 0, & \text{se caso contrário} \end{cases}$$

Dessa forma $G_{it}=1$ toda vez que a probabilidade de a família fazer parte do Programa Bolsa Família for superior a 70%, esse ponto de corte delimitado arbitrariamente é passível de críticas e por isso será testado desde 50% a 90% para avaliar o número de famílias pareadas buscando ser próximo de:

$$N^{\circ} \text{ de Fam declaradas no PBF} - N^{\circ} \text{ Fam Encontradas na Pnad} \cong N^{\circ} \text{ Fam Pareadas}$$

Nos anos de 2004 e 2006 há perguntas relativas à participação ao não no programa, com isso é possível verificar quanto o simulador acertou ou errou em sua mensuração da participação familiar no programa e nesses anos não será necessário realizar o pareamento.

Concluindo, simula-se $rPBF_{it}$ e $prPBF_{it}$ que serão as variáveis explicativas dos próximos modelos, sendo que cada modelo dos próximos capítulos será rodado duas vezes, o primeiro com $rPBF_{it}$ e o segundo com $prPBF_{it}$ sendo possível visualizar a necessidade do pareamento.

3.4 Decomposição de Oaxaca-Blinder

Será avaliado num modelo regressão linear simples por Mínimos Quadrados Ordinários - MQO o peso do Programa Bolsa Família na diminuição da pobreza familiar com base no índice de Barros *et al* (2006). Fazendo os seguintes cortes:

1. Análise na amostra inteira;
2. Análise fazendo diferenciação entre: Biparental (Chefe de família com cônjuge ou duplo chefe de família) e Monoparental (Chefe de família sem cônjuge ou único chefe de família);
3. Utilização da Metodologia de Oaxaca-Blinder para decompor esses cortes.

Com o intuito de verificar a presença de trabalho infantil se realizará o seguinte modelo de regressão:

$$Y_g = \beta_0 + \beta_1 rPBF + \beta_2 B + \sum_{i=4}^k \beta_i H_i \quad (21)$$

Tendo como variável dependente Y_g que recebe valor 1, quando a família está em nível máximo de pobreza e 0 com nível mínimo podendo assumir valores intermediários, variável explicativa:

- ✓ $rPBF$ que mensurará o peso do PBF.
- ✓ B dummy que assume valor 1, caso a família seja biparental.
- ✓ H_i vetor de características das famílias que serão como variável controle.

Com isso é possível avaliar o peso de pequenas mudanças no valor do PBF e sua influência na probabilidade da criança trabalhar da seguinte forma:

$$\frac{\partial Y_g}{\partial rPBF} = \beta_1 \quad (22)$$

Essa avaliação marginal poderia ser aplicada em qualquer outra variável explicativa, mas somente será aplicada ao rPBF por causa do foco da pesquisa.

Como há o intuito de avaliar se existe diferença da aplicação do programa com relação à estrutura familiar, corta-se a amostra em duas amostras menores para realizar uma extensão da decomposição de Oaxaca-Blinder. Essas duas amostras são as composições da estrutura familiar: Monoparental e Biparental e as análises são feitas em pares chamando de grupo A (biparental) e de grupo B (monoparental) cada pedaço da amostra. Seja a regressão exclusivamente para o grupo A:

$$Y_A = Y_g^A = \sum_{i=0}^k \beta_i^A X_i^A \quad (23)$$

Estendendo esse modelo para outras funções, seja Θ uma função geral como probit, logit ou nesse caso linear $\Theta=1$, inclui-se também uma ponderação W nas médias retiradas da PNAD, tem-se que:

$$\bar{Y}_g^A - \bar{Y}_g^B = \left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^A X_i^A \right) W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^B} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^B \right) W^B}{N^B W^B} \right] \quad (24)$$

Com isso \bar{Y}_g será a média ponderada pelos pesos W .

Somando-se e subtraindo-se apropriadamente a expressão:

$$\left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A \right) W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A \right) W^A}{N^A W^A} \right]$$

Na equação (24), tem-se:

$$\bar{Y}_g^A - \bar{Y}_g^B = \left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^A X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^B} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^B \right) * W^B}{N^B W^B} \right] + \left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} \right] \quad (25)$$

Reorganizando temos:

$$\bar{Y}_g^A - \bar{Y}_g^B = \left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^A X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} \right] + \left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^B} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^B \right) * W^B}{N^B W^B} \right] \quad (26)$$

Desta forma se obtém:

$$\text{Efeito de Parâmetros (Parental): } EP = \left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^A X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta \left(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A \right) * W^A}{N^A W^A} \right]$$

$$\text{Efeito Características: } EC = \left[\frac{\sum_{i=1}^{n^A} \Theta(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^A) * W^A}{N^A W^A} - \frac{\sum_{i=1}^{n^B} \Theta(\sum_{i=0}^k \beta_i^B X_i^B) * W^B}{N^B W^B} \right]$$

Assim:

$$\Delta Y_g = \overline{Y_g^A} - \overline{Y_g^B} = EP + EC \quad (27)$$

Dessa forma a diferença na pobreza entre o grupo A e o B (ΔY_g) é decomposto em Efeito Perental (EP) que mensura o efeito da estrutura familiar e Efeito Características (EC) que mensura o efeito da composição média familiar. Com isso, caso haja diferença entre os grupos A e B e essa diferença for totalmente relacionada a EC, significa que a estrutura familiar não interfere na pobreza, porém se $EP \neq 0$ significa que a estrutura familiar está tendo influência, o que poderia indicar necessidade de políticas públicas voltadas para esses casos.

Estima-se uma regressão por MQO contendo como variável depende a pobreza familiar e uma série de variáveis explicativas relacionadas às famílias apresentadas a seguir:

- ✓ **Pobreza:** Índice de pobreza baseado em Barros *et al* (2006), sendo 1 o valor máximo de pobreza que uma família pode ser classificada e 0 o mínimo, podendo assumir valores intermediários. Essa é a variável dependente.
- ✓ **naotembf:** Família que deveria receber o programa bolsa família, mas não recebe, assume valor 1 e zero caso contrário.
- ✓ **tembf:** Família que recebe o programa bolsa família da forma assume valor 1 e zero caso contrário.
- ✓ **porcentagemocupados:** Apresenta a porcentagem de pessoas ocupadas, dentre as pessoas que poderiam ser consideradas como economicamente ativas.
- ✓ **cheferemuneracao:** Remuneração mensal do chefe da família.
- ✓ **qntpessoas:** Quantidade de pessoas por dormitório.
- ✓ **criancahomem:** Se existe criança homem, assume valor 1 e zero caso contrário.
- ✓ **chefebranco:** Se o chefe da família é branco, assume valor 1 e zero caso contrário.
- ✓ **chefenegro:** Se o chefe da família é negro, assume valor 1 e zero caso contrário.
- ✓ **naotemregistounaosabe:** Se existe sem registro de nascimento 1, zero caso contrário.
- ✓ **temanalfabeto:** Se tem alguém analfabeto assume valor 1, zero caso contrário.

- ✓ **numerofilho:** quantidade de filhos e filhas na família com idade igual ou menor de 14 anos.
- ✓ **Biparental:** se a família é biparental assume valor 1 e zero caso contrário. Essa será a variável de corte para realizar a decomposição de Oaxaca-Blinder.

Assim, as duas primeiras variáveis (*naotembf* e *tembf*) foram geradas com base na microssimulação apresentadas, pela comparação entre aqueles que precisam do Programa Bolsa Família e recebem e aqueles que precisam, mas não recebem, é possível identificar o peso que esse programa tem na redução da média de pobreza.

A porcentagem de ocupados apresenta o peso da aglomeração familiar, onde famílias mais pobres naturalmente deverão ter menos acesso a dormitórios separados. As variáveis relativas ao chefe de família demonstram o peso do chefe de família para a caracterização da pobreza familiar. Com relação à ausência de registro de nascimento demonstra falta de acesso a cidadania da família. As variáveis relativas aos filhos, escolaridade e analfabetismo complementam as características familiares.

A variável *biparental* avalia se famílias biparentais possuem menores índices de pobreza ou não, ou seja, se a família monoparental seria mais vulnerável. Assim se utiliza a metodologia de Oaxaca-Blinder aplicada na variável monoparental para avaliar se o Programa Bolsa Família teria maior influência na redução da pobreza ou não.

4. RESULTADOS

4.1 Construção de Um Indicador de Pobreza Multidimensional Utilizando a Análise Fatorial para 2014.

Serão apresentados a seguir, os resultados encontrados com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2014, através dos índices de pobreza multidimensional, gerados por meio dos indicadores de Baixa Renda, Vulnerabilidades e de Pobreza.

Os índices de pobreza multidimensional serão calculados e estão expostos nos quadros 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, que contêm os índices para os homens, mulheres, pessoas de cor branca e não brancas e para as pessoas que residem tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, comparando os resultados com as médias nacionais. Após cada quadro tem-se as figuras, que contêm os mapas das Unidades de Federação onde são demonstrados quais os Estados apresentaram os maiores e os menores índices de pobreza multidimensional.

A seguir, tem-se um quadro contendo as siglas e legendas que serão utilizadas nos próximos quadros.

Quadro 3 - Siglas e Legendas dos próximos quadros.

SIGLA	LEGENDA
UF	Unidade de Federação
BRE	Baixa Renda Extrema (77,00 Reais mensais Per Capita)
BR	Baixa Renda (154,00 Reais mensais Per Capita)
VMB	Vulnerabilidade Muito Baixa
VB	Vulnerabilidade Baixa
VM	Vulnerabilidade Média
VA	Vulnerabilidade Alta
VMA	Vulnerabilidade Muito Alta
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram classificadas com pobreza multidimensional as famílias que obtiveram vulnerabilidade média ou superior e baixa renda, com isso é possível verificar as localidades com maior porcentagem de vulneráveis. A seguir apresenta-se o quadro 4 com o índice de pobreza multidimensional e os indicadores (Baixa Renda, Vulnerabilidades e Pobreza) para o Brasil em 2014.

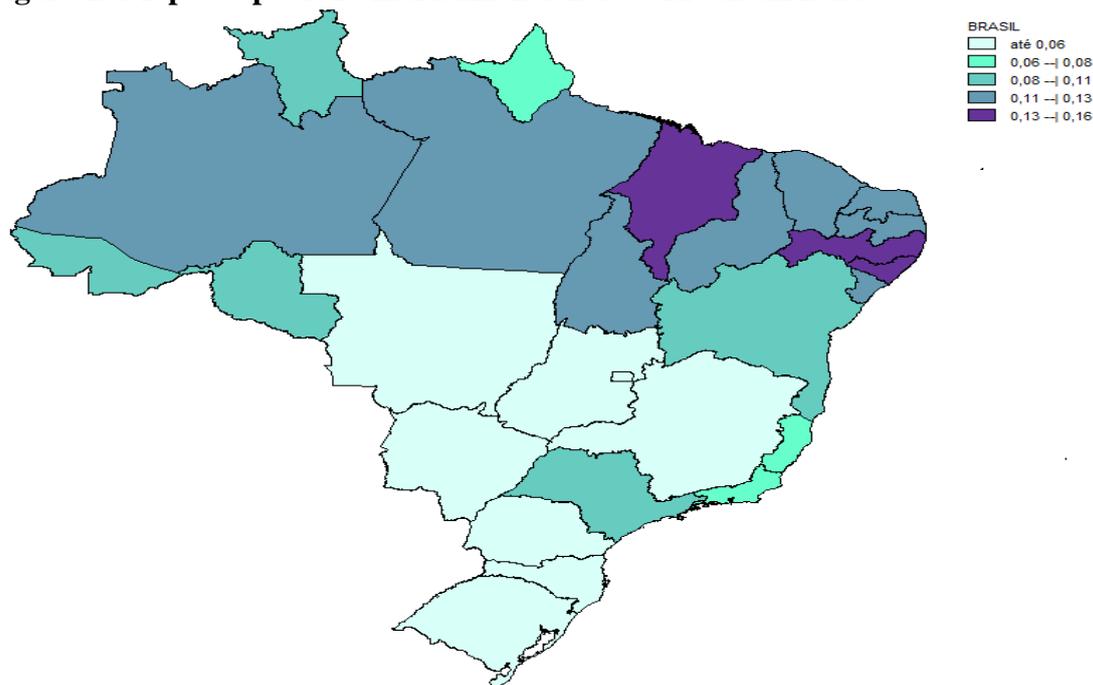
Quadro 4 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Acre	0,06	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,08	0,14	0,09	0,01	0,12	0,62	0,26	0,14
Amapá	0,04	0,06	0,11	0,00	0,02	0,63	0,35	0,06
Amazonas	0,07	0,12	0,11	0,01	0,04	0,59	0,36	0,11
Bahia	0,06	0,10	0,06	0,01	0,35	0,59	0,05	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,33	0,60	0,06	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,19	0,02	0,55	0,18	0,05
Espírito Santo	0,05	0,07	0,05	0,00	0,23	0,56	0,21	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,10	0,05
Maranhão	0,09	0,16	0,13	0,01	0,09	0,79	0,11	0,16
Mato Grosso	0,05	0,05	0,05	0,01	0,23	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,07	0,03	0,17	0,57	0,23	0,03
Minas Gerais	0,04	0,06	0,04	0,01	0,40	0,54	0,05	0,05
Pará	0,09	0,13	0,10	0,01	0,04	0,69	0,26	0,13
Paraíba	0,08	0,13	0,09	0,01	0,17	0,58	0,24	0,12
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,36	0,55	0,09	0,04
Pernambuco	0,11	0,14	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,09	0,01	0,13	0,66	0,20	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,07	0,00	0,12	0,63	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,05	0,05	0,05	0,02	0,38	0,55	0,05	0,05
Rondônia	0,06	0,09	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,09
Roraima	0,07	0,09	0,06	0,00	0,01	0,40	0,58	0,09
Santa Catarina	0,04	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,09	0,02	0,00	0,42	0,53	0,04	0,09
Sergipe	0,07	0,12	0,09	0,01	0,19	0,60	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,13
BRASIL	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09

Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro 4 é apresentada a pobreza multidimensional do Brasil para o ano de 2014. De acordo com os valores obtidos, o estado do Pernambuco foi o que apresentou o maior índice de Baixa Renda Extrema, já o estado do Maranhão apresentou os maiores índices de pobreza de acordo com os indicadores de Baixa Renda, Vulnerabilidade Muito Baixa e Vulnerabilidade Alta. O Distrito Federal apresentou o maior indicador de Vulnerabilidade Baixa, São Paulo teve o maior indicador de Vulnerabilidade Média e o Acre foi quem obteve o maior indicador Vulnerabilidade Muito Alta. Será representado na Figura 1 o mapa da pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Figura 1- Mapa da pobreza multidimensional do Brasil em 2014.



Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o mapa, as Unidades de Federação que obtiveram os maiores índices de pobreza multidimensional para o Brasil no ano de 2014 foram o Maranhão, Pernambuco e Alagoas, enquanto que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul foram os que obtiveram os menores índices de pobreza multidimensional no Brasil em 2014. Cabe um destaque para o estado de São Paulo, que apresentou índice significativo de pobreza multidimensional.

Os resultados encontrados corroboram com os dados divulgados pelo IPEADATA, onde a Região Nordeste é a região brasileira mais carente e a sua população apresenta um nível de vida muito baixo. Os problemas sociais são mais acentuados e apresentam os piores índices de desenvolvimento, tais como: baixa renda, escolaridade, desemprego, mortalidade infantil, trabalho infantil e criminalidade. Outro ponto evidenciado é que há também grande concentração de renda sob controle de uma pequena minoria da população, fazendo com que haja grandes números de migrações para outros estados em busca de melhores condições de vida.

No quadro 5 é apresentada a pobreza multidimensional dos homens no Brasil para o ano de 2014. Realiza-se uma comparação dos homens com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Todos os indicadores (Baixa Renda, Vulnerabilidades e Pobreza) dos homens foram compatíveis com a média nacional,

indicando que para a pobreza familiar, homens e mulheres não obtiveram diferenças significativas para o índice de pobreza proposto.

Quadro 5 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos homens.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Homem	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09
Acre	0,07	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,08	0,14	0,09	0,01	0,12	0,62	0,25	0,14
Amapá	0,04	0,06	0,11	0,00	0,02	0,62	0,36	0,06
Amazonas	0,08	0,12	0,11	0,01	0,04	0,59	0,36	0,12
Bahia	0,06	0,10	0,07	0,01	0,35	0,59	0,05	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,32	0,60	0,07	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,20	0,02	0,55	0,18	0,05
Espírito Santo	0,05	0,06	0,04	0,00	0,22	0,56	0,22	0,06
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,10	0,05
Maranhão	0,10	0,17	0,13	0,01	0,09	0,79	0,11	0,16
Mato Grosso	0,05	0,05	0,06	0,01	0,23	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,03	0,03	0,07	0,03	0,17	0,56	0,23	0,03
Minas Gerais	0,04	0,05	0,04	0,01	0,40	0,54	0,05	0,05
Pará	0,09	0,14	0,10	0,01	0,04	0,69	0,26	0,13
Paraíba	0,07	0,12	0,08	0,01	0,16	0,59	0,25	0,12
Paraná	0,04	0,04	0,04	0,01	0,36	0,55	0,09	0,04
Pernambuco	0,11	0,14	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,09	0,01	0,13	0,66	0,21	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,38	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,08	0,00	0,12	0,62	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,04	0,05	0,05	0,02	0,38	0,54	0,06	0,05
Rondônia	0,06	0,09	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,09
Roraima	0,07	0,09	0,06	0,00	0,01	0,40	0,59	0,09
Santa Catarina	0,05	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,09	0,02	0,00	0,42	0,52	0,04	0,09
Sergipe	0,07	0,12	0,09	0,01	0,18	0,61	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,13
Total Brasil	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09

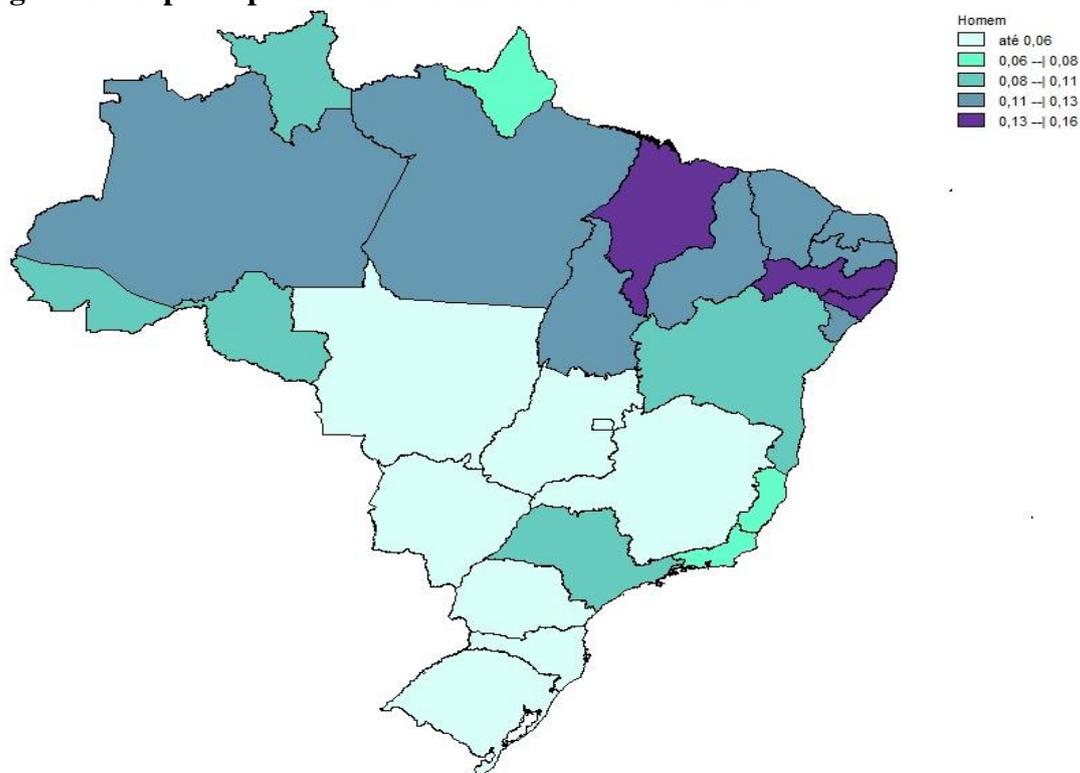
Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 2 apresenta-se o mapa que evidencia as Unidades da Federação e os índices de pobreza multidimensional para os homens.

O mapa identifica as Unidades de Federação (UF) que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para os homens estão destacados no mapa 2 com a cor roxa, foram elas: Maranhão, Pernambuco e Alagoas. Já as regiões mais claras do mapa são referentes às Unidades da Federação que apresentaram os menores índices de pobreza para os homens, são elas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito

Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Os resultados coincidem com a figura 1 que apresenta o mapa da pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Figura 2- Mapa da pobreza multidimensional dos homens.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 6 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional das mulheres.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Mulher	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,58	0,13	0,09
Acre	0,06	0,10	0,12	0,01	0,03	0,26	0,70	0,09
Alagoas	0,08	0,15	0,09	0,01	0,11	0,62	0,26	0,14
Amapá	0,04	0,06	0,11	0,00	0,02	0,63	0,34	0,06
Amazonas	0,07	0,11	0,11	0,01	0,04	0,59	0,37	0,11
Bahia	0,06	0,10	0,06	0,01	0,35	0,59	0,04	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,33	0,60	0,06	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,19	0,02	0,56	0,18	0,05
Espírito Santo	0,05	0,07	0,05	0,00	0,23	0,56	0,21	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,09	0,05
Maranhão	0,09	0,16	0,13	0,01	0,08	0,80	0,11	0,16
Mato Grosso	0,04	0,05	0,05	0,01	0,22	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,07	0,03	0,16	0,57	0,23	0,03
Minas Gerais	0,04	0,06	0,04	0,01	0,40	0,55	0,05	0,05
Pará	0,09	0,13	0,10	0,01	0,04	0,68	0,26	0,13
Paraíba	0,09	0,13	0,09	0,01	0,17	0,58	0,24	0,13
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,37	0,55	0,08	0,04

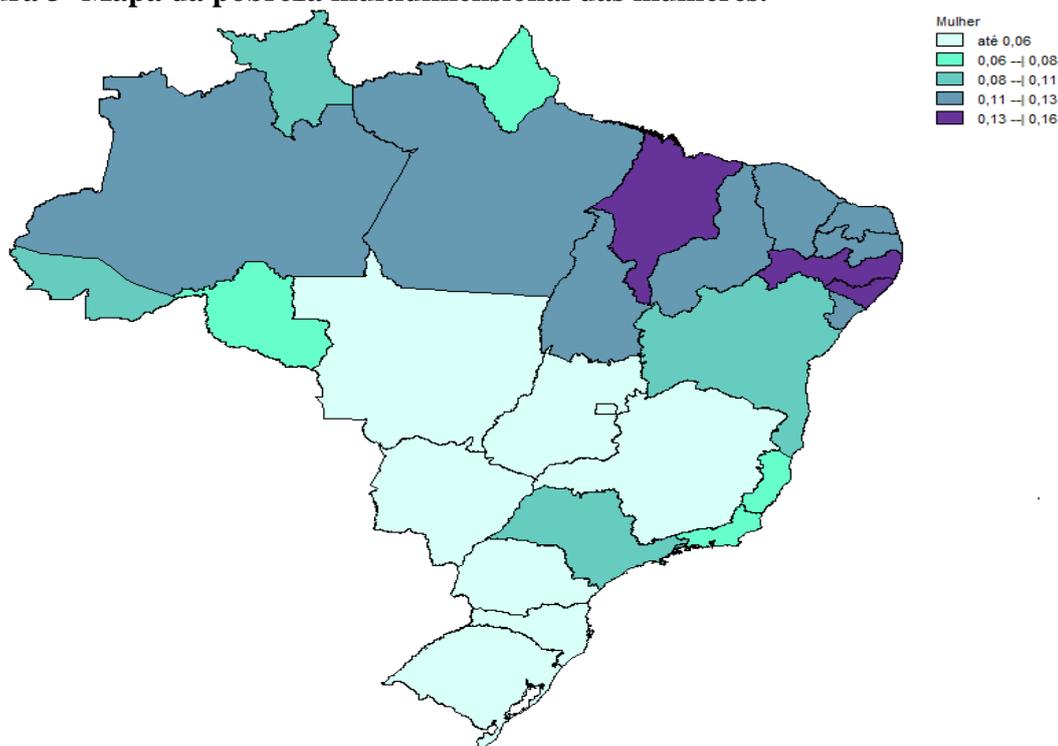
Pernambuco	0,11	0,15	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,09	0,01	0,14	0,66	0,19	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,07	0,00	0,11	0,63	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,05	0,06	0,05	0,02	0,38	0,55	0,05	0,05
Rondônia	0,06	0,08	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,08
Roraima	0,07	0,09	0,07	0,00	0,01	0,41	0,58	0,09
Santa Catarina	0,04	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,10	0,02	0,00	0,42	0,53	0,04	0,09
Sergipe	0,06	0,12	0,09	0,01	0,19	0,59	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,12
Total Brasil	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09

Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro 6 tem-se a pobreza multidimensional do Brasil para as mulheres. Realiza-se uma comparação das mulheres com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Da mesma forma que os homens, as mulheres também apresentaram todos os indicadores (Baixa Renda, Vulnerabilidades e Pobreza) compatíveis com a média nacional, reforçando a ideia de que não há diferenças significativas entre os sexos para a pobreza familiar.

Na Figura 3 são apresentados no mapa os índices de pobreza multidimensional para as mulheres em todas as Unidades da Federação.

Figura 3- Mapa da pobreza multidimensional das mulheres.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados encontrados mostram que tanto os maiores índices de pobreza multidimensional quanto os menores índices são iguais aos encontrados para os homens comparados com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014, destaca-se o estado de Rondônia, cujo resultado encontrado para as mulheres é menor que o encontrado para os homens comparando-se com a pobreza do Brasil. Outra característica considerada para o índice de pobreza multidimensional das Unidades de federação foi com relação à cor.

No quadro 7 tem-se os índices de pobreza para as pessoas de cor branca. Realiza-se uma comparação das pessoas de cor branca com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Os Indicadores de Baixa Renda e de Vulnerabilidade Baixa foram compatíveis com a média nacional. Já o indicador de Vulnerabilidade Média apresentou valores maiores que a média nacional, enquanto que os indicadores de Baixa Renda, Vulnerabilidade Muito Baixa, Vulnerabilidade Alta e Vulnerabilidade Muito Alta apresentaram valores abaixo da média nacional. Estão representados na figura 4 os índices de pobreza multidimensional para as pessoas de cor branca em todas as Unidades da Federação.

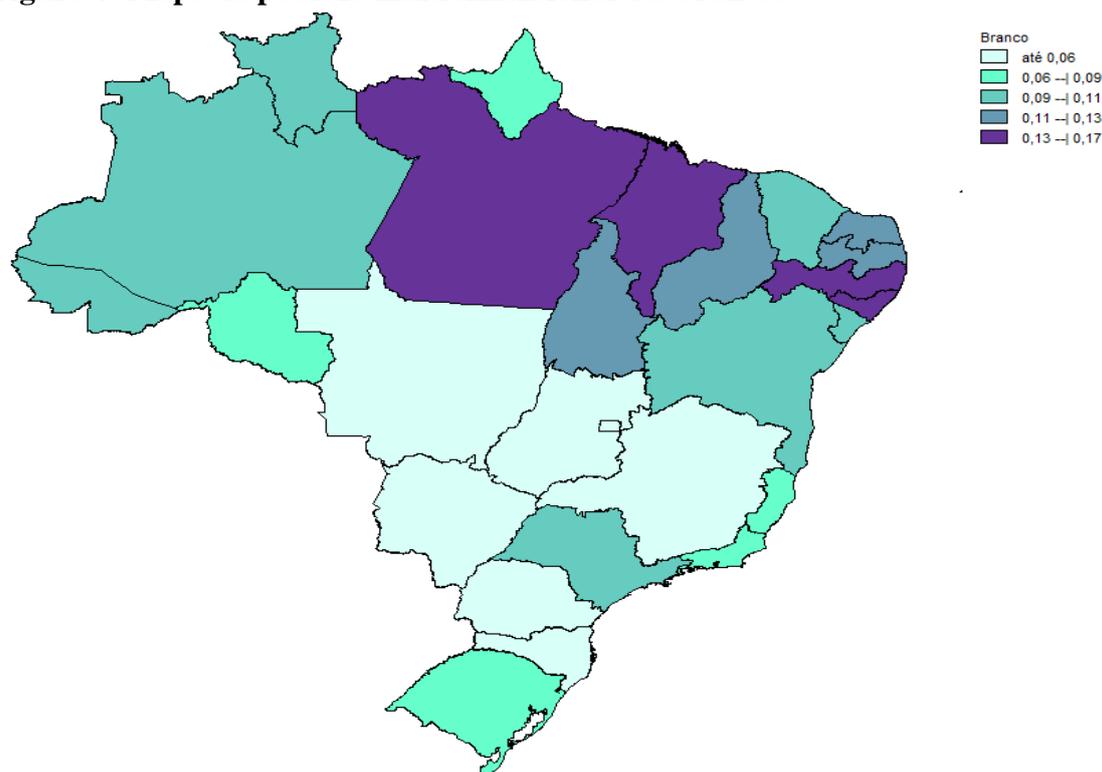
Quadro 7- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos brancos.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Branco	0,06	0,08	0,05	0,02	0,30	0,56	0,11	0,08
Acre	0,07	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,70	0,10
Alagoas	0,09	0,14	0,10	0,00	0,10	0,63	0,26	0,14
Amapá	0,05	0,08	0,13	0,00	0,05	0,60	0,35	0,08
Amazonas	0,06	0,10	0,10	0,00	0,03	0,61	0,35	0,10
Bahia	0,05	0,10	0,07	0,01	0,34	0,59	0,06	0,10
Ceará	0,06	0,11	0,07	0,01	0,33	0,61	0,06	0,11
Distrito Federal	0,04	0,04	0,04	0,16	0,01	0,55	0,20	0,04
Espírito Santo	0,06	0,07	0,05	0,00	0,24	0,56	0,19	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,23	0,55	0,08	0,05
Maranhão	0,10	0,17	0,13	0,01	0,07	0,83	0,09	0,17
Mato Grosso	0,04	0,04	0,06	0,01	0,20	0,59	0,20	0,04
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,06	0,02	0,16	0,56	0,25	0,03
Minas Gerais	0,04	0,05	0,04	0,01	0,39	0,55	0,06	0,05
Pará	0,09	0,14	0,09	0,01	0,04	0,66	0,29	0,14
Paraíba	0,08	0,13	0,10	0,01	0,16	0,58	0,25	0,13
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,36	0,55	0,09	0,04
Pernambuco	0,11	0,14	0,06	0,01	0,32	0,61	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,13	0,11	0,01	0,13	0,67	0,19	0,13
Rio de Janeiro	0,05	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,05	0,06
Rio Grande do Norte	0,07	0,12	0,08	0,01	0,12	0,61	0,26	0,12
Rio Grande do Sul	0,05	0,06	0,05	0,02	0,37	0,55	0,05	0,06
Rondônia	0,06	0,08	0,07	0,00	0,01	0,40	0,59	0,08

Roraima	0,08	0,09	0,07	0,00	0,01	0,39	0,59	0,09
Santa Catarina	0,05	0,05	0,03	0,01	0,28	0,56	0,15	0,05
São Paulo	0,09	0,09	0,03	0,00	0,41	0,53	0,04	0,09
Sergipe	0,06	0,11	0,10	0,01	0,19	0,59	0,20	0,11
Tocantins	0,09	0,13	0,11	0,01	0,04	0,76	0,19	0,13
Total Brasil	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09

Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4- Mapa da pobreza multidimensional dos brancos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que as Unidades de Federação que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para as pessoas de cor branca foram o Maranhão, Pará, Pernambuco e Alagoas, evidenciando que as Regiões Norte e Nordeste são as mais vulneráveis. Em contrapartida as Unidades de Federação que obtiveram os menores índices de pobreza multidimensional para as pessoas de cor branca foram: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

No quadro 8 é apresentada a pobreza multidimensional para as pessoas de cor não branca no Brasil. Realiza-se uma comparação das pessoas de cor não branca com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. O indicador de Vulnerabilidade Baixa apresentou valor compatível com a média nacional. Os indicadores de Baixa Renda, Baixa Renda Extrema, Vulnerabilidade Muito Baixa, Vulnerabilidade Alta e Vulnerabilidade Muito Alta obtiveram valores maiores que os da média nacional,

enquanto que o índice de Vulnerabilidade Média obteve valor menor que o apresentado na média nacional.

Dessa maneira, de acordo com os resultados encontrados nos índices, tem-se que a pobreza multidimensional é maior para aquelas pessoas que não são de cor branca, comparadas a pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Quadro 8- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos não brancos.

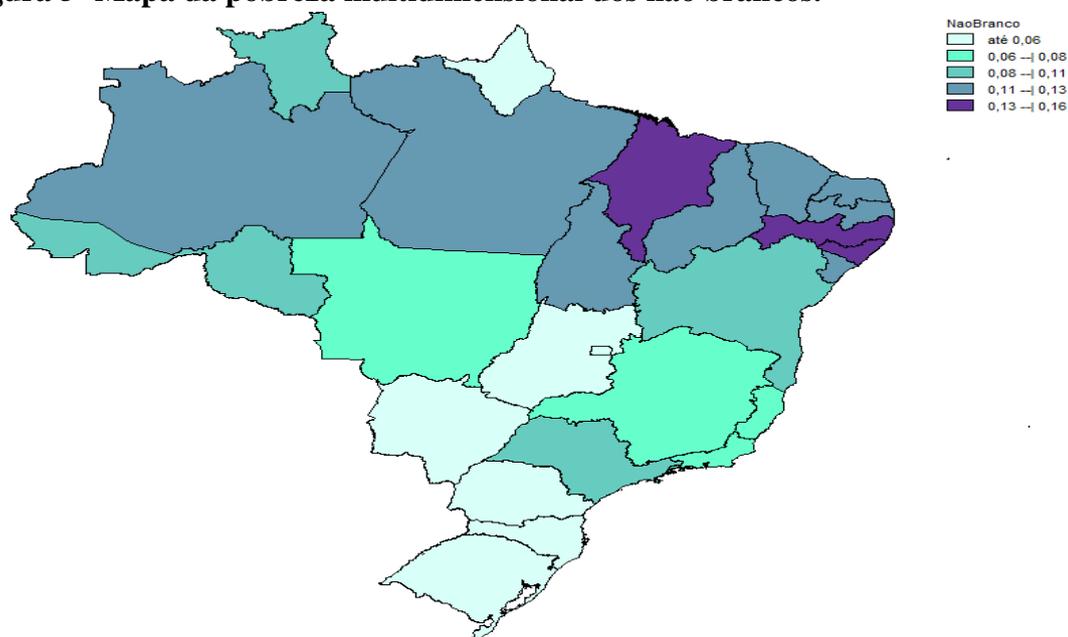
UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – NãoBranco	0,07	0,10	0,07	0,02	0,24	0,58	0,15	0,10
Acre	0,06	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,08	0,14	0,09	0,01	0,12	0,61	0,26	0,14
Amapá	0,03	0,05	0,10	0,00	0,01	0,63	0,35	0,05
Amazonas	0,07	0,12	0,11	0,01	0,04	0,59	0,37	0,12
Bahia	0,06	0,10	0,06	0,01	0,36	0,59	0,04	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,33	0,60	0,07	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,21	0,02	0,56	0,17	0,05
Espírito Santo	0,05	0,06	0,04	0,00	0,22	0,56	0,22	0,06
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,20	0,55	0,11	0,05
Maranhão	0,09	0,16	0,13	0,01	0,09	0,78	0,11	0,16
Mato Grosso	0,05	0,06	0,05	0,01	0,24	0,57	0,17	0,06
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,07	0,03	0,17	0,57	0,22	0,03
Minas Gerais	0,04	0,06	0,05	0,01	0,41	0,54	0,04	0,06
Pará	0,09	0,13	0,10	0,01	0,04	0,69	0,25	0,13
Paraíba	0,08	0,12	0,08	0,01	0,17	0,58	0,24	0,12
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,00	0,37	0,54	0,08	0,04
Pernambuco	0,11	0,15	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,08	0,01	0,13	0,66	0,20	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,07	0,03	0,00	0,38	0,55	0,07	0,07
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,07	0,00	0,11	0,63	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,04	0,05	0,05	0,02	0,40	0,52	0,06	0,05
Rondônia	0,06	0,09	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,09
Roraima	0,07	0,09	0,06	0,00	0,01	0,40	0,58	0,09
Santa Catarina	0,04	0,04	0,03	0,01	0,27	0,54	0,18	0,04
São Paulo	0,09	0,10	0,02	0,00	0,43	0,52	0,04	0,10
Sergipe	0,07	0,12	0,09	0,01	0,19	0,60	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,13
Total Brasil	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 5 a seguir se apresenta a concentração da pobreza multidimensional para as pessoas não brancas em cada Unidade de Federação, comparando-se pessoas de cor não branca com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. De acordo com os indicadores, as Unidades de Federação que apresentaram os maiores índices de pobreza

para as pessoas de cor não branca foram o Maranhão, Pernambuco e Alagoas, já as de menores índices foram Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 5- Mapa da pobreza multidimensional dos não brancos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerou-se também neste trabalho o local de residência das pessoas, calculando os índices de pobreza multidimensional para os que residem na área urbana e para os que estão nas áreas rurais, comparando-os com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

No quadro 9 tem-se os índices de pobreza multidimensional no Brasil para as pessoas que residem nas áreas urbanas. Realiza-se uma comparação das pessoas que residem na área urbana com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Os indicadores apresentaram valores semelhantes aos da média nacional, exceto o índice de Vulnerabilidade Muito Alta que está abaixo da média nacional e o de Vulnerabilidade Média que apresentou valores acima da média nacional.

Quadro 9- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional área urbana.

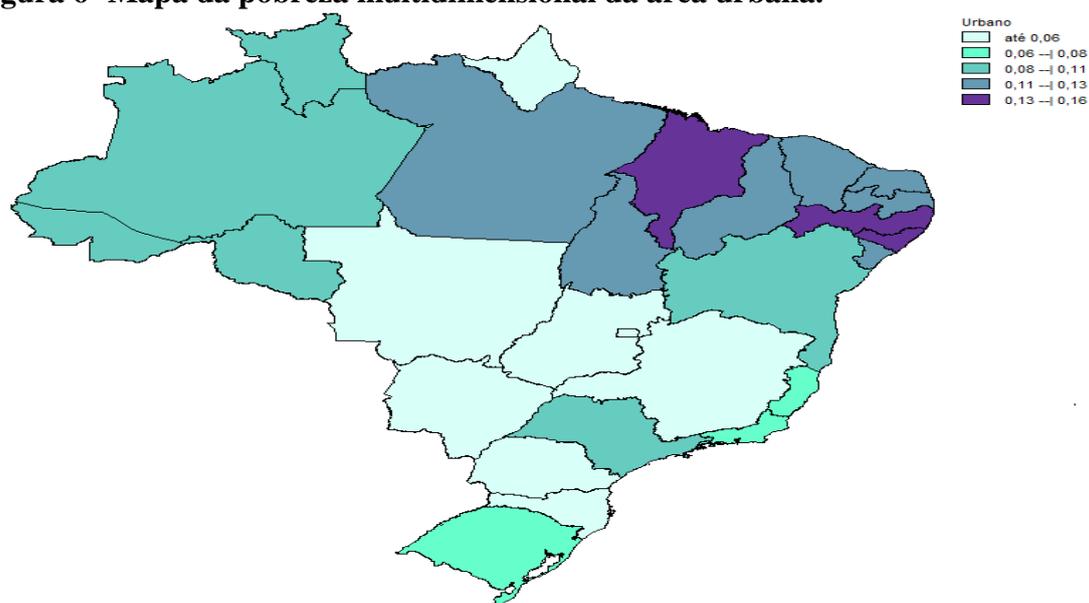
UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Urbano	0,06	0,09	0,06	0,02	0,28	0,57	0,13	0,08
Acre	0,07	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,07	0,14	0,10	0,00	0,11	0,64	0,24	0,14
Amapá	0,04	0,05	0,11	0,00	0,02	0,63	0,35	0,05
Amazonas	0,07	0,11	0,11	0,01	0,03	0,59	0,37	0,10
Bahia	0,05	0,10	0,06	0,01	0,37	0,59	0,04	0,09

Ceará	0,06	0,11	0,07	0,01	0,35	0,59	0,05	0,11
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,19	0,02	0,55	0,18	0,05
Espírito Santo	0,06	0,07	0,04	0,00	0,24	0,56	0,20	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,10	0,05
Maranhão	0,10	0,16	0,12	0,01	0,09	0,80	0,10	0,16
Mato Grosso	0,04	0,05	0,06	0,01	0,23	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,06	0,02	0,15	0,59	0,24	0,03
Minas Gerais	0,04	0,05	0,04	0,01	0,40	0,54	0,05	0,05
Pará	0,09	0,13	0,09	0,01	0,04	0,68	0,28	0,13
Paraíba	0,08	0,13	0,09	0,01	0,14	0,59	0,25	0,13
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,37	0,54	0,08	0,04
Pernambuco	0,10	0,14	0,06	0,01	0,32	0,61	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,13	0,08	0,01	0,18	0,64	0,17	0,13
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,07	0,11	0,08	0,00	0,11	0,63	0,26	0,11
Rio Grande do Sul	0,05	0,06	0,05	0,02	0,38	0,54	0,06	0,06
Rondônia	0,07	0,09	0,08	0,00	0,02	0,37	0,61	0,09
Roraima	0,08	0,10	0,07	0,00	0,01	0,40	0,59	0,10
Santa Catarina	0,04	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,10	0,02	0,00	0,42	0,53	0,04	0,10
Sergipe	0,06	0,12	0,09	0,01	0,17	0,60	0,22	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,76	0,20	0,13
Total Brasil	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09

Fonte: Dados da pesquisa.

No mapa abaixo representado na figura 6 contém o índice de pobreza multidimensional da área urbana de cada Unidade de Federação.

Figura 6- Mapa da pobreza multidimensional da área urbana.



Fonte: Dados da pesquisa.

Estão representados no mapa da figura 6 com as cores mais escuras os estados do Maranhão, Pernambuco e de Alagoas, foram eles que obtiveram os maiores índices de pobreza multidimensional para as pessoas que residem nas áreas urbanas. Enquanto isso, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e o Amapá foram as Unidades de Federação que apresentaram os menores índices de pobreza multidimensional.

Quadro 10- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional da área rural.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Rural	0,07	0,11	0,08	0,02	0,20	0,61	0,17	0,10
Acre	0,06	0,10	0,12	0,00	0,03	0,26	0,71	0,09
Alagoas	0,11	0,15	0,07	0,01	0,13	0,56	0,30	0,15
Amapá	0,04	0,08	0,10	0,00	0,00	0,59	0,41	0,08
Amazonas	0,10	0,15	0,11	0,00	0,05	0,59	0,36	0,15
Bahia	0,07	0,12	0,08	0,01	0,29	0,62	0,08	0,12
Ceará	0,06	0,14	0,08	0,01	0,25	0,63	0,11	0,13
Distrito Federal	0,04	0,04	0,03	0,14	0,02	0,65	0,19	0,04
Espírito Santo	0,04	0,06	0,05	0,00	0,16	0,53	0,30	0,06
Goiás	0,01	0,03	0,05	0,17	0,21	0,58	0,04	0,02
Maranhão	0,09	0,17	0,14	0,01	0,08	0,78	0,13	0,16
Mato Grosso	0,05	0,06	0,05	0,01	0,23	0,56	0,19	0,06
Mato Grosso do Sul	0,04	0,06	0,10	0,06	0,32	0,39	0,14	0,06
Minas Gerais	0,05	0,06	0,05	0,01	0,42	0,54	0,03	0,06
Pará	0,09	0,14	0,13	0,02	0,05	0,71	0,21	0,14
Paraíba	0,06	0,10	0,08	0,00	0,27	0,53	0,21	0,10
Paraná	0,04	0,04	0,04	0,01	0,29	0,61	0,09	0,04
Pernambuco	0,15	0,18	0,08	0,01	0,23	0,68	0,08	0,18
Piauí	0,05	0,11	0,10	0,01	0,04	0,70	0,25	0,11
Rio de Janeiro	0,07	0,07	0,03	0,00	0,29	0,57	0,14	0,07
Rio Grande do Norte	0,05	0,10	0,07	0,01	0,15	0,60	0,25	0,10
Rio Grande do Sul	0,03	0,04	0,05	0,02	0,37	0,58	0,03	0,04
Rondônia	0,05	0,08	0,07	0,00	0,01	0,50	0,49	0,08
Roraima	0,04	0,05	0,03	0,00	0,01	0,41	0,57	0,05
Santa Catarina	0,06	0,06	0,04	0,01	0,27	0,57	0,16	0,06
São Paulo	0,07	0,07	0,03	0,00	0,41	0,49	0,06	0,07
Sergipe	0,07	0,11	0,08	0,02	0,23	0,61	0,14	0,11
Tocantins	0,07	0,12	0,13	0,01	0,06	0,74	0,19	0,12
Total Brasil	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09

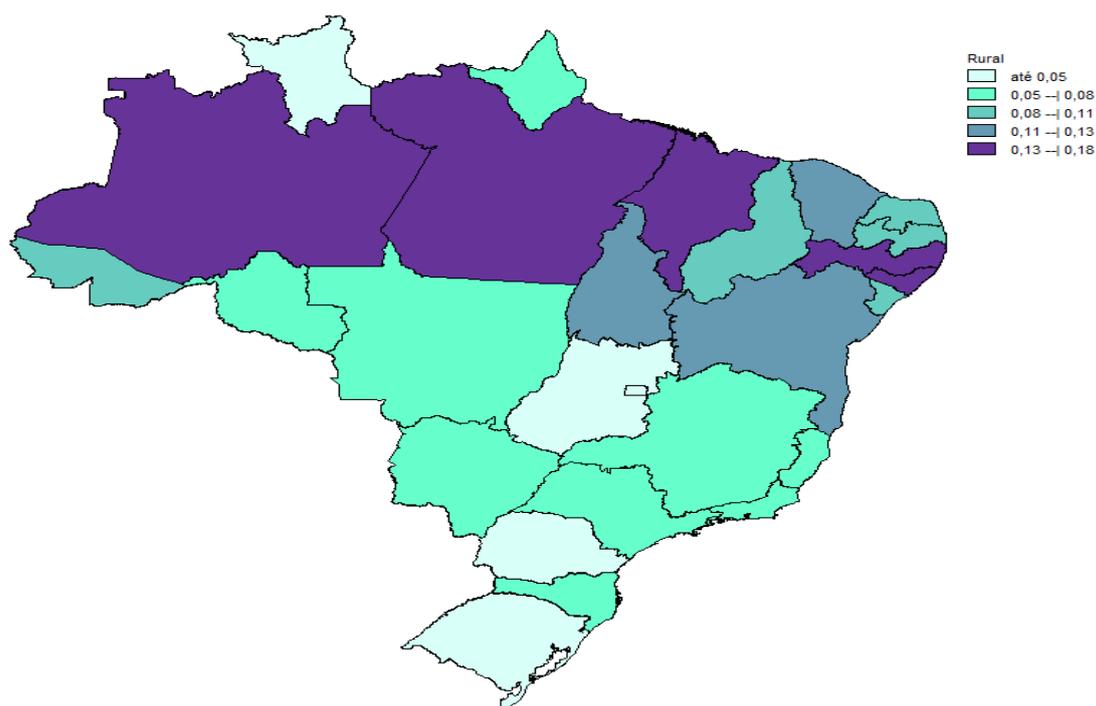
Fonte: Dados da pesquisa.

Estão representados acima no quadro 10 os índices de pobreza multidimensional no Brasil para as pessoas que residem na área rural. Realiza-se uma comparação das pessoas que residem na área rural com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Os indicadores que apresentaram valores acima da média nacional foram os de Baixa Renda, Baixa Renda Extrema, Vulnerabilidade Muito Baixa, Vulnerabilidade Alta, Vulnerabilidade Muito Alta. O indicador de Vulnerabilidade Média apresentou valores abaixo da média nacional

Na figura 7 estão representados os índices de pobreza multidimensional da área rural de todas as Unidades de Federação.

Figura 7- Mapa da pobreza multidimensional da área rural.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco e Alagoas foram os que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para a área rural. Os menores índices pertencem as seguintes Unidades de Federação: Goiás, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul e Roraima.

É possível verificar que os índices de pobreza multidimensional para as áreas rurais estão presentes em muito mais Unidades de Federação do que comparada com as outras características que foram analisadas, estão localizadas, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste, concluindo que de fato o meio rural é mais fragilizado do que o meio urbano.

Isso corrobora com o afirmado por Wanderley (2000), Mocelin (2010) e por Batista e Neder (2014) de que o meio rural é mais vulnerável aos problemas sociais e

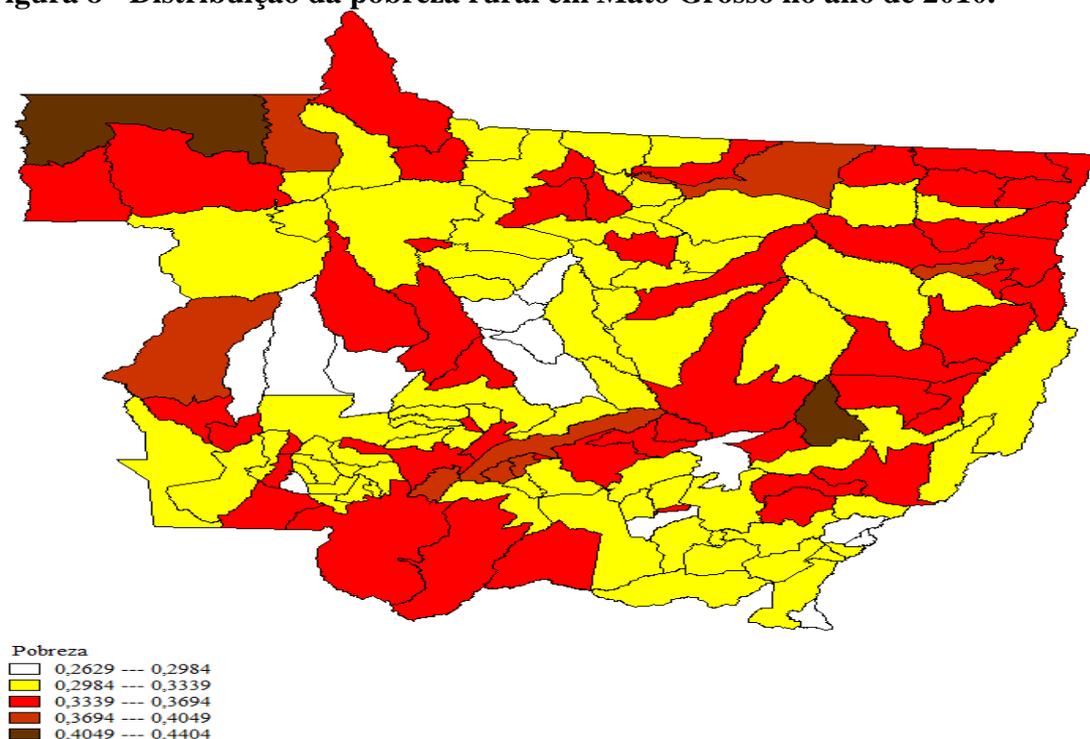
econômicos. Visto que há menos acesso à saúde, educação, saneamento básico, mercado de trabalho na área rural, obrigando algumas famílias a utilizarem mecanismos de subsistência que exigem algumas vezes trabalho infantil e baixa renda contribuindo para perpetuação da pobreza entre as gerações.

4.2 Uma sinalização dos Mais Vulneráveis no Meio Rural de Mato Grosso em 2010

De acordo com Vieira (2009), Mato Grosso detinha entre 1985 a 2002 as maiores taxas de crescimento econômico do Brasil devido à expansão da pecuária e agricultura. Atualmente Mato Grosso é o 2º maior exportador do agronegócio, detendo 65% das exportações da Região Centro-Oeste. Devido a forte concentração da produção em poucas *commodities* e alta dependência do mercado externo, torna o estado socialmente dependente das exportações e fatores relacionados a esse tipo de mercado como, por exemplo, câmbio e a demanda internacional.

Com base na metodologia classificou-se a pobreza rural de cada município de acordo com a média ponderada da classificação de cada família com relação à pobreza rural. A seguir apresenta-se o mapa do estado de Mato Grosso, em que delimitou-se 5 intervalos de classes com respeito ao município mais pobre (Campinápolis) e menos pobre (Tapurah):

Figura 8 - Distribuição da pobreza rural em Mato Grosso no ano de 2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os 10 municípios de Mato Grosso que apresentaram os maiores índices de pobreza na média e no desvio padrão foram: Campinápolis, Colniza, Jangada, Acorizal, Porto Estrela, Alto Boa Vista, Cotriguaçu, Comodoro, Rosário Oeste e Peixoto de Azevedo. Já os municípios que apresentaram os menores índices de pobreza na média e no desvio padrão foram: Juscimeira, Nova Mutum, Ribeirãozinho, Primavera do Leste, Ipiranga do Norte, Campos de Júlio, Lucas do Rio Verde, Alto Taquari, Campo Novo do Parecis e Tapurah. Será apresentada a seguir, uma caracterização da amostra:

Tabela 1 – Distribuição das características dos mais e menos pobres.

Variáveis		2010	
		Média	Desvio Padrão
Pobreza			
	Os 10 municípios mais pobres	0,392	0,123
	Os 10 municípios menos pobres	0,281	0,096
Quantidade de Moradores por dormitório			
	Os 10 municípios mais pobres	2,050	1,279
	Os 10 municípios menos pobres	1,573	0,719
Renda Per Capita			
	Os 10 municípios mais pobres	185,475	260,279
	Os 10 municípios menos pobres	495,309	793,594
Chefe Homem			
	Os 10 municípios mais pobres	0,812	0,378
	Os 10 municípios menos pobres	0,769	0,398
Idade do Chefe			
	Os 10 municípios mais pobres	46,794	16,098
	Os 10 municípios menos pobres	41,753	13,334
Cor do Chefe Branca			
	Os 10 municípios mais pobres	0,244	0,414
	Os 10 municípios menos pobres	0,532	0,488
Cor do Chefe Preta			
	Os 10 municípios mais pobres	0,089	0,273
	Os 10 municípios menos pobres	0,046	0,207
Cor do Chefe amarelo			
	Os 10 municípios mais pobres	0,008	0,070
	Os 10 municípios menos pobres	0,011	0,051
Cor do Chefe Pardo			

	Os 10 municípios mais pobres	0,575	0,466
	Os 10 municípios menos pobres	0,404	0,483
Chefe Analfabeto			
	Os 10 municípios mais pobres	0,244	0,430
	Os 10 municípios menos pobres	0,130	0,335
Chefe Ensino Fundamental			
	Os 10 municípios mais pobres	0,825	0,379
	Os 10 municípios menos pobres	0,908	0,285
Chefe Ensino Médio			
	Os 10 municípios mais pobres	0,087	0,280
	Os 10 municípios menos pobres	0,153	0,359
Chefe Ensino Superior			
	Os 10 municípios mais pobres	0,003	0,040
	Os 10 municípios menos pobres	0,005	0,044
Chefe Casado			
	Os 10 municípios mais pobres	0,473	0,497
	Os 10 municípios menos pobres	0,567	0,496
Horas Trabalhadas pelo Chefe			
	Os 10 municípios mais pobres	35,200	21,345
	Os 10 municípios menos pobres	30,650	23,067
Chefe Aposentado			
	Os 10 municípios mais pobres	0,113	0,313
	Os 10 municípios menos pobres	0,337	0,467
Tem Subsistência			
	Os 10 municípios mais pobres	0,100	0,297
	Os 10 municípios menos pobres	0,128	0,328

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 1 são apresentadas as variáveis utilizadas para a caracterização das famílias no meio rural que estão localizadas nos 10 municípios mais pobres e nos 10 municípios menos pobres do estado de Mato Grosso, através das médias e os desvios padrão das variáveis.

Os resultados encontrados apresentaram que os 10 municípios mais pobres apresentam em média um índice de pobreza de 39%, enquanto que para os 10 municípios considerados menos pobres, a média desse índice foi de 28%. Dessa forma, a diferença da pobreza na média entre os municípios mais e menos pobres é de 11% com relação ao indicador de pobreza. Além do fato de os municípios mais pobres

apresentarem maiores desvios com relação às médias, significando que além de possuírem maiores níveis de pobreza, apresentam também maiores desigualdades.

Com relação à quantidade de moradores por dormitório, os maiores índices foram encontrados para os municípios mais pobres, indicando que quanto mais pessoas dividindo o mesmo dormitório são maiores os índices de pobreza para aquela família.

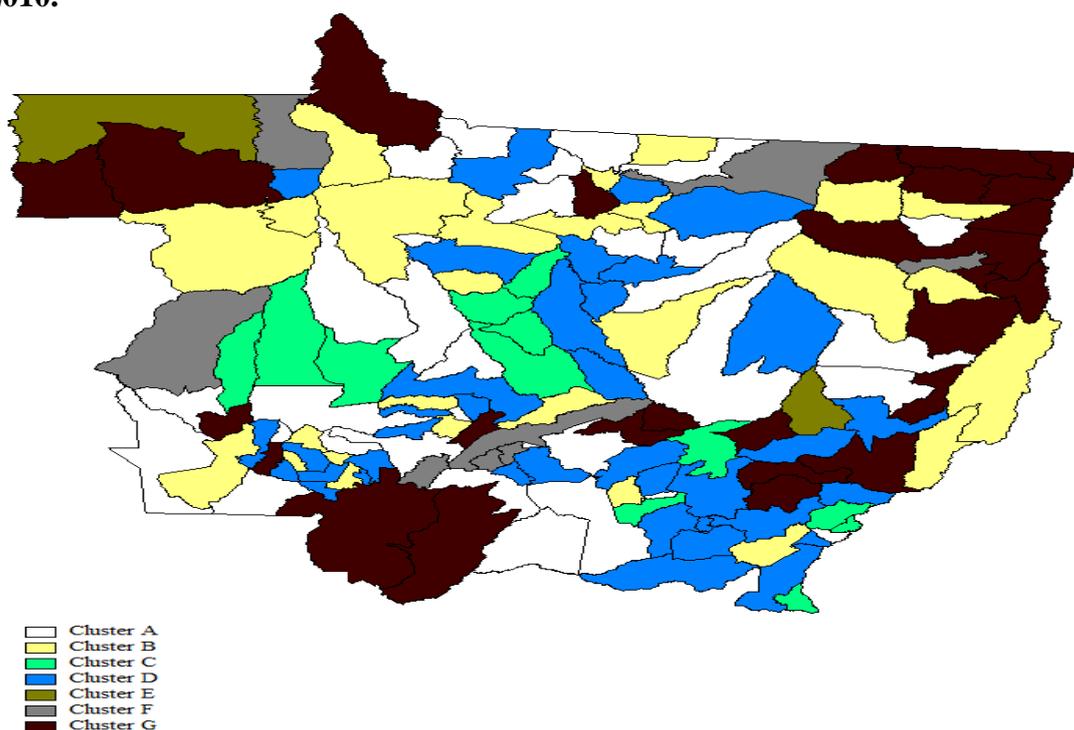
Como já era esperado, a variável renda é em média menor para os municípios mais pobres, porém onde há menores índices de pobreza na média, há maior variabilidade na distribuição de renda. Outro resultado encontrado foi o de que nos municípios mais pobres, 81% das famílias possui como chefe o homem, indicando que as famílias que são chefiadas por mulheres estão nos municípios menos pobres, onde há maior variação. Para os municípios mais pobres, a média da idade dos chefes de família apresentou o maior índice, isso indica que as famílias mais pobres possuem os chefes mais velhos.

Os municípios mais pobres em média, são compostos por chefes de família de cor parda, enquanto que nos municípios que apresentaram em média menores índices de pobreza, os chefes de família são de cor branca. Com relação à escolaridade do chefe de família, os municípios mais pobres são os que possuem menor educação formal. Os chefes de famílias nos municípios mais pobres são em média 47% casados, e trabalham em média mais horas semanais que os que estão nos municípios menos pobres.

Os municípios onde há menores índices de pobreza em média são os que apresentam maiores proporções de chefes de família aposentados e também apresentam maiores índices para subsistência. Isso indica o peso da aposentadoria rural para o combate à pobreza.

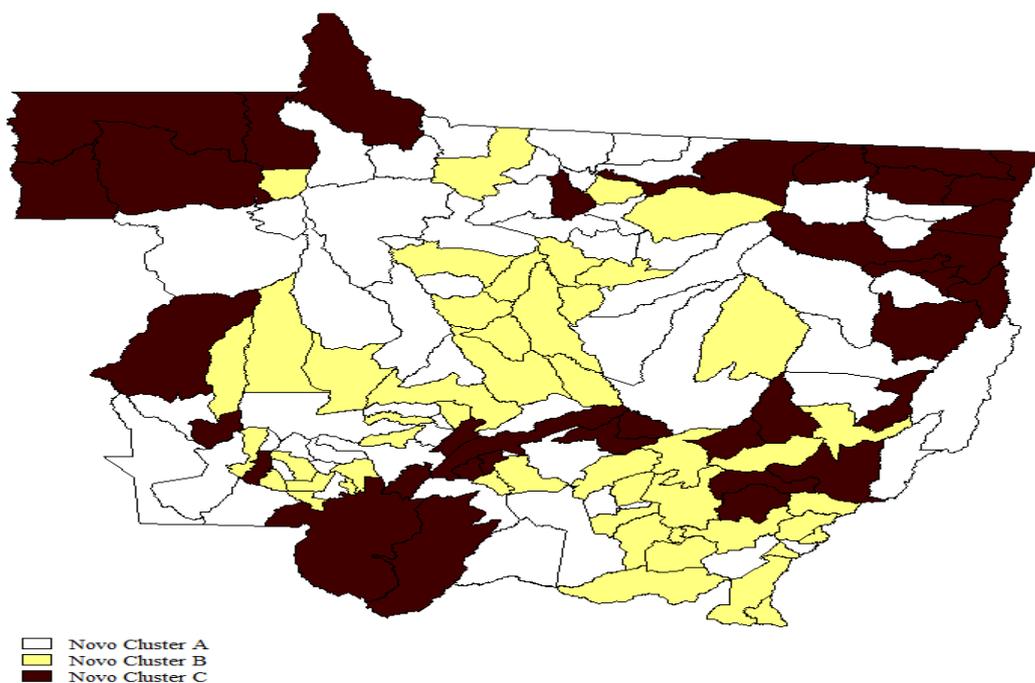
Dessa forma, apresenta-se na figura 9 a análise de agrupamento, que agrupa objetos em grupos cada vez maiores segundo o aumento da dissimilaridade (distância) entre eles, composta agora pelo agrupamento em sete grupos diferentes.

Figura 9- Mapa dos agrupamentos (*clusters*) de pobreza rural em Mato Grosso em 2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 10 - Novos agrupamentos (*clusters*) de pobreza rural em Mato Grosso no ano de 2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os agrupamentos foram delimitados dos mais próximos aos menos próximos, no 1º. agrupamento está inserido o estado de Mato Grosso, inserido apenas para que a

análise fosse feita. Os *clusters* vão se agrupando conforme a distância reescalada pelo *Ward linkage*, os agrupamentos mais baixos possuem uma disparidade maior com relação a Mato Grosso como um todo.

Os agrupamentos detalhados para cada município se encontram em uma tabela nos apêndices em que a primeira divisão agrupa em sete grupos diferentes demonstrados pela figura 9 e como pode ser desejável um grupo menor e mais homogêneo, na figura 10 agrupa-se em apenas três grupos, na qual foi denominado de novo agrupamento (*cluster*).

Com esses mapas, a pesquisa sinaliza os municípios com respeito à pobreza multidimensional no meio rural, para que planejadores que desejem aplicar políticas de minimização da pobreza que prefiram grupos mais heterogêneos utilizem a figura 10 com apenas três grupos distintos e caso seja preferível uma separação mais homogênea seja utilizado à figura 9, com sete grupos.

Cabe salientar que ao hierarquizar os municípios, aqueles que estão mais distantes merecem uma atenção diferenciada dos demais, sendo eles: Colíder, General Carneiro, Jauru, Novo Santo Antônio, Conquista D'Oeste, Alto Paraguai, Planalto da Serra, Serra Nova Dourada, Tesouro, Aripuanã, Rondolândia, Apiacás, Nova Nazaré, Barra do Garças, Santa Terezinha, Confresa, Nova Brasilândia, Vila Rica, Poconé, Santa Cruz do Xingu, Luciara, Cáceres, Ribeirão Cascalheira, Santo Antônio do Leste e São Félix do Araguaia.

4.3 Influência do Programa Bolsa Família na Pobreza entre as Famílias Biparentais e Monoparentais

Tendo em vista o interesse em analisar a influência do Programa Bolsa Família no combate à pobreza, geram-se três modelos, onde mensura-se no Modelo Completo uma análise para o Brasil e nos Modelos A e B a amostra é cortada entre famílias biparentais e monoparentais. Com isso é possível mensurar a importância da estrutura familiar na pobreza média, sendo a monoparental mais vulnerável, avalia-se também se esse programa minimizaria essa vulnerabilidade, pois pretende-se avaliar se a estrutura familiar teria influência na pobreza e se essa influência poderia ser corrigida com programas de transferência de renda. A seguir se apresenta a análise para o modelo Completo.

Quadro 11 – Estimação do Modelo Completo

IPM	Coef	Erro Padrão	t	P> t
naotembf	0.6147	0.0036	169.9800	0.0000
tembf	0.5026	0.0054	92.4400	0.0000
porcentagemocupados	-0.0391	0.0045	-8.6600	0.0000
cheferemuneracao	0.0000	0.0000	-4.0800	0.0000
qntpessoas	0.0083	0.0014	5.9800	0.0000
criancahomem	0.0014	0.0021	0.6800	0.4990
chefebranco	0.0076	0.0022	3.4400	0.0010
chefenegro	0.0015	0.0033	0.4600	0.6490
naotemregistounaosabe	-0.0216	0.0164	-1.3100	0.1890
temanalfabeto	-0.0059	0.0028	-2.1300	0.0340
numerofilho	-0.0046	0.0014	-3.2200	0.0010
naoescola	0.0048	0.0081	0.6000	0.5520
biparental	-0.0139	0.0028	-5.0100	0.0000
_cons	0.0236	0.0057	4.1500	0.0000

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro 11 apresenta os dados no modelo completo, com todas as variáveis, onde é possível verificar que a variável biparental é estatisticamente diferente de zero, indicando que há diferença na pobreza entre as famílias que são biparental e as que não são.

Com relação ao Programa Bolsa Família, nota-se que a diferença na pobreza entre aqueles que precisam do Programa e não recebem e os que recebem é de 0.1121, Isso indica que o Programa Bolsa Família reduz em 11,21% a probabilidade de ser pobre na média para o indicador de pobreza de Barros *et al* (2006) utilizado.

Assim, a seguir se constrói os modelos A e B, para verificar se a influência do Programa Bolsa Família é diferente entre as famílias biparental e monoparental e verificar também se a vulnerabilidade entre esses dois grupos é diferente. As outras variáveis explicativas são utilizadas como controle e estão descritas na metodologia.

Quadro 12 – Modelo A – Famílias Biparentais

IPM	Coef	Erro Padrão	t	P> t
naotembf	0.5958	0.0040	147.6500	0.0000
tembf	0.4853	0.0063	76.6200	0.0000
porcentagemocupados	-0.0022	0.0060	-0.3700	0.7140
cheferemuneracao	0.0000	0.0000	-3.6700	0.0000
qntpessoas	0.0132	0.0016	8.1300	0.0000
criancahomem	0.0002	0.0023	0.1100	0.9120
chefebranco	0.0072	0.0024	3.0300	0.0020
chefenegro	0.0024	0.0036	0.6700	0.5030
naotemregistounaosabe	-0.0233	0.0182	-1.2800	0.2000

temanalfabeto	0.0032	0.0030	1.0400	0.2970
numerofilho	-0.0087	0.0017	-5.2100	0.0000
naoescola	0.0015	0.0090	0.1600	0.8700
_cons	-0.0362	0.0077	-4.7100	0.0000

Fonte: Dados da pesquisa.

Para as famílias biparentais o Programa Bolsa Família tem um peso de 0.1106 na redução da pobreza, assim caso haja políticas de ampliação desse programa é esperado uma redução de 11,06% na pobreza daquelas famílias que são elegíveis para o programa, mas que por algum motivo não recebem o benefício.

Quadro 13 – Modelo B – Famílias Monoparentais

IPM	Coef.	Erro Padrão	t	P> t
naotembf	0.6612	0.0080	82.6600	0.0000
tembf	0.5423	0.0109	49.8700	0.0000
porcentagemocupados	-0.0711	0.0077	-9.2000	0.0000
cheferemuneracao	0.0000	0.0000	-1.9200	0.0550
qntpessoas	0.0002	0.0028	0.0900	0.9320
criancahomem	0.0059	0.0053	1.1200	0.2610
chefebranco	0.0071	0.0056	1.2800	0.2010
chefenegro	-0.0027	0.0076	-0.3500	0.7270
naotemregistounaosabe	-0.0183	0.0371	-0.4900	0.6220
temanalfabeto	-0.0305	0.0068	-4.5100	0.0000
numerofilho	0.0015	0.0029	0.5400	0.5920
naoescola	0.0120	0.0180	0.6700	0.5030
_cons	0.0610	0.0107	5.6900	0.0000

Fonte: Dados da pesquisa.

Comparando os quadros 12 e 13 nota-se que, enquanto na família biparental a pobreza cai em 0.1106 com o incremento do Programa Bolsa Família para aquelas famílias que precisam, para família monoparental essa queda é de 0.1189. Como as quedas na pobreza são próximas, 11,06 % para família biparental e de 11,89% para famílias monoparentais, não é possível afirmar que o Programa Bolsa Família tem maior peso para as famílias monoparental.

Quadro 14 – Decomposição de Oaxaca-Blinder para Composição da Família

IPM	Coef.	Erro Padrão Rob	z	P> z
Diferencial				
Predição_1	0.1267	0.0041	31.2000	0.0000
Predição_2	0.0718	0.0016	44.0900	0.0000

Diferença	0.0549	0.0044	12.5400	0.0000
Decomposição				
Explicado	0.0410	0.0035	11.6900	0.0000
Inexplicado	0.0139	0.0031	4.4600	0.0000

Fonte: Dados da pesquisa.

A decomposição de Oaxaca-Blinder indica que há maior vulnerabilidade nas famílias monoparentais, pois elas atingem em média piores níveis de pobreza. Isso indica que renda e escolaridade não serão capazes de suprimir essa falta, necessitando de políticas públicas específicas diferentes de programas de transferência de renda, ou de acesso à educação, ou seja, por mais que renda e educação possuam grande importância no combate à pobreza familiar, a estrutura familiar é também importante para minimizar a pobreza. Dessa forma, políticas de transferência de renda seriam ineficientes para suprir essa diferença na pobreza entre as famílias monoparental e biparental.

Quadro 15– Teste de Ajuste dos Modelos

MODELOS	Completo	A	B
Nº. Observações	31818	25111	6707
F(k,n-k-1)	3116.61	2494.44	827.46
Prob > F	0.00	0.00	0.00
R-quadrado	0.56	0.54	0.60
R-quadrado ajustado	0.56	0.54	0.60

Fonte: Dados da pesquisa.

Os testes de ajustes podem ser considerados como aceitáveis, visto que o R-quadrado ajustado é maior que 0.50 e a amostra dos dados é grande.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é reconhecida como um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, relacionada não apenas ao mercado de trabalho e a renda, mas também com políticas e as relações sociais. Dessa forma, há um consenso cada vez mais amplo da multidimensionalidade da pobreza, associada com as privações aos quais os indivíduos estão expostos.

Inicialmente as famílias foram classificadas com pobreza multidimensional através de indicadores de baixa renda, vulnerabilidades e de pobreza, criando índices para os homens e mulheres, pessoas de cor brancas e não brancas e para as pessoas que residem na área urbana e na área rural, comprando-os com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Foram apresentados também os mapas contendo a pobreza multidimensional para cada Unidade de Federação. Após a criação desses indicadores realizou-se uma análise fatorial exploratória, para identificar os cinco níveis de pobreza em que uma família possa estar.

Os resultados encontrados indicam que tanto para os homens quanto para as mulheres os indicadores de baixa renda, vulnerabilidade e de pobreza foram compatíveis com a média nacional. Com isso, é possível verificar que para a pobreza familiar a diferença entre ser homem ou mulher não é significativa, comparadas a pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Em uma comparação entre as pessoas de cor branca e pessoas não brancas com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014, o trabalho apresentou que as pessoas que não são de cor branca possuem os maiores índices de pobreza multidimensional. Já para os residentes nas áreas urbanas ou nas áreas rurais, o trabalho apresentou resultados que evidenciam o quanto o meio rural é mais fragilizado do que as áreas urbanas, pois os indicadores de baixa renda, vulnerabilidade e pobreza para as pessoas que residem nas áreas rurais apresentaram resultados piores que a média nacional.

Observou-se também que os estados do Maranhão, Pernambuco e de Alagoas foram os que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional, enquanto que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul estão entre as Unidades de federação que apresentaram os menores índices de pobreza multidimensional no Brasil no ano de 2014.

Procurando identificar como a pobreza no meio rural do estado de Mato Grosso está distribuída no ano de 2010, foi analisado os índices de pobreza na média e em sua

desigualdade, além da metodologia de análise de agrupamento, a qual busca agrupar elementos de dados baseando-se na similaridade entre eles.

Os 10 municípios de Mato Grosso mais pobres apresentam em média um índice de pobreza de 39%, enquanto que nos 10 municípios menos pobres a média desse índice foi de 28%. Uma diferença da pobreza na média de 11% entre os municípios mais e menos pobres. O trabalho identificou que quanto maior for o número de pessoas por dormitórios, maior será o índice de pobreza. Com relação à renda o resultado foi o esperado, apesar de que a pobreza multidimensional não considera a renda como fator principal na determinação da pobreza, mas de toda forma os municípios que apresentaram os maiores índices de pobreza foram os que obtiveram as menores rendas.

Nos municípios que apresentaram os maiores índices de pobreza, tem-se o homem representando o chefe de família, cerca de 81%. Esses chefes de família são de faixa etária mais elevada, de cor parda, além de apresentarem menores índices no que se refere à educação formal, sendo necessário que haja uma intervenção nessa região no que diz respeito ao desenvolvimento educacional, como forma de combater o crescimento dos índices de pobreza nas áreas rurais do estado de Mato Grosso.

Com os mapas apresentados, a pesquisa sinalizou os municípios com respeito a pobreza multidimensional no meio rural, para que planejadores que desejem aplicar políticas de combate à pobreza possam aplicá-las de forma semelhante aos municípios que fazem parte de um mesmo grupo.

Como há o consenso de que o crescimento econômico nem sempre vem acompanhado de desenvolvimento, é importante avaliar a concentração de renda e a pobreza da nação. Sendo interessante a presença de políticas públicas que visem romper com a inércia da estagnação de um nível de desenvolvimento e pobreza para melhorar a vida da população, em especial aqueles em alto grau de pobreza.

Com isso discutiu-se que a percepção da pobreza evoluiu com o tempo, passando inicialmente de uma análise unidimensional pautada na falta de renda ou na presença de fome a uma análise multidimensional que engloba questões de risco, abrigo, serviços públicos a questões mais complexas como acesso a mercado de trabalho e liberdade.

Sendo desejável a realização de políticas públicas que combatam a pobreza e promovam o desenvolvimento, faz-se necessário primeiramente criar um indicador de pobreza multidimensional que seja agregativo o suficiente para se comparar a evolução da pobreza intertemporal e também entre as regiões.

Depois de comparado diversas iniciativas e avaliado o quanto a política foi capaz de reduzir a pobreza, é interessante mensurar o peso da sua ineficiência na sociedade e definir metas aceitáveis, na qual foi identificado dois tipos de erros de focalização: aqueles que não recebem o auxílio e são elegíveis e aqueles que não são elegíveis e recebem o auxílio.

Assim, os programas de combate à pobreza devem minimizar o erro de não garantir o auxílio para aquelas famílias elegíveis, mesmo que isso aumente o número de inelegíveis que recebem o auxílio de forma equivocada, contanto que o recebimento desses que o fazer de forma equivocada esteja próximos da linha de corte dos pobres e não pobres e que a meta de ineficiência esteja dentro do tolerável. Ou seja, é preferível uma família não elegível receber o programa do que uma família elegível não receber o benefício dos programas.

O trabalho finaliza as análises simulando o peso do Programa Bolsa Família no combate à pobreza, onde a diferença na pobreza entre aqueles que precisam do Programa Bolsa Família e não recebem e os que recebem é de 11,21%. Para as famílias biparentais o Programa Bolsa Família representa uma queda na pobreza de 11,06%, enquanto que para as famílias monoparentais essa queda é de 11,89%. Como esses valores são próximos, não é possível afirmar que o Programa Bolsa Família tem maior peso para as famílias monoparentais, portanto as políticas de transferência de renda seriam ineficientes para suprir a diferença na pobreza entre as famílias com estrutura familiar diferenciada, exigindo assim políticas específicas sobre o tema.

6. REFERÊNCIAS

Dados: <<http://www.ibge.gov.br>>

Programa R: <http://www.r-project.org/>

SPSS: <<http://www-01.ibm.com/software/analytics/spss/downloads.html>>

<https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia> - Acesso em 21/11/2016.

<http://www.ipeadata.gov.br/> - Acesso em 05/01/2017.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza**. Estudos avançados, v. 9, n. 24, p. 75-116, 1995.

ALKIRE, S., y Foster, J. (2007). **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. OPHI Working Paper Series, 7, 1–33.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, p. 233-245, 2013.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. **Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective**. 1997.

ANDERBERG, Michael R. **Cluster analysis for applications**. New York: Academic Press, 1973.

ANDRADE, Regis de Castro. **Política e pobreza no Brasil**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 19, p. 107-122, 1989.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo, redes e innovación. **Lecciones sobre desarrollo endógeno**. 1999.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. 2001.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais.** 1997.

BARROS, R. P. et al. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; SILVA, Mirela de Carvalho Pereira da ; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional no Brasil.** Rio de Janeiro, outubro de 2006. (Texto para discussão N°1227).

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Zahar, 2003.

BOURGUIGNON, François; FERREIRA, F.; LEITE, P. **Os efeitos do antigo programa bolsa escola sobre a pobreza, a desigualdade, a escolaridade e o trabalho infantil: uma abordagem de microssimulações.** Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007.

BYERLEE, D.; Diao, X.; JACKSON, C. **Agriculture, Rural development, and pro-poor growth: country experiences in the post-reform era.** Agriculture and Rural Development Discussion Paper, 21. Washington, D.C.: World Bank. 72p. 2005.

CÂMARA, Fernando Portela. **Psiquiatria e estatística. Parte II: Fundamentos da análise de clusters (classificação numérica).** The international Journal of Psychiatry, v. 14, n. 1, 2009.

CAMPELLO, Tereza. **Uma década derrubando mitos e superando expectativas.** BOLSA FAMÍLIA, p. 15, 2013.

CASTILLO, Carlos Onorio; COSTA, Maria Cristina Silva. **Significados do consumo de álcool em famílias de uma comunidade pobre venezuelana.** Revista Latino-americana de Enfermagem, v. 16, n. spe, p. 535-542, 2008.

CEPAL, PNUD. **OIT 2008, Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente.** Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2007.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil. Planejamento e políticas públicas**, n. 12, 2009.

CORBUCCI, E.M. **Políticas Públicas, Políticas Ambientais e Participação Social no Brasil.** Espaço & Geografia, v. 6, n2, 2003, p. 59-87.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; DE AQUINO XIMENES, Daniel. **Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil.** BOLSA FAMÍLIA, p. 109, 2013.

CONEVAL, Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. **Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México**, México DF. CONEVAL, 2009.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional.** RAE-eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2002.

DE AZEVEDO, Darana Carvalho; BURLANDY, Luciene. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias.** Revista Katálisis, v. 13, n. 2, p. 201-209, 2010.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade.** Autores Associados, 1996.

DONI, Marcelo Viana. **Análise de cluster: métodos hierárquicos e de particionamento.** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. **El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina.** Cepal, 2001.

FERRO, Andrea Rodrigues. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Ed. Saga, 1969.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estudos avançados, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.

JAIN, A. K.; MURTY, M. N.; FLYNN, P. J. **Data clustering: a review**. ACM Computing Surveys, New York, v. 31, n. 3, p. 265-323, Sept., 1999.

JANUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. **Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação do impacto do Bolsa Família II**. 2013.

KANBUR, Ravi; SQUIRE, Lyn. **The evolution of thinking about poverty: exploring the interaction**. In: MEIER, Gerald M. and Stiglitz, Joseph E. [edited by]. *Frontiers of development economics: the future in perspective*. United States of America: Oxford University Press, 2001.

LARRAÑAGA, Félix Alfredo. **Organismos internacionais de comércio**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. **Análise de Dados Multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 455 p.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. **Modelagem de Equações Estruturais: Uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza**. 2005. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Salvador. Maio de 2005.

MACHADO, A. G.; CAUME, D. J.; FIGUEIREDO, R. S.; OLIVEIRA NETO, O. J. **Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil**. Desafio, v. 9, n. 17, p. 19-30, 2008.

MACIEL, D. T. G. N.; LAVORATTO, L. A. ; MARCHIORO, L. W. ; LOPES, A
Pobreza multidimensional no meio rural de Mato Grosso: um estudo sobre as características dos chefes de família em 2010. In: 52º Congresso da SOBER 2014, 2014, Goiânia. 52º Congresso da SOBER 2014, 2014.

MACIEL, D. T. G. N. ; ZALAVA, A. A. Z. ; LAVORATTO, L. A. . **Diferencial nas remunerações entre homens e mulheres: uma análise para Mato Grosso entre 2006 e 2013 para o setor formal agropecuário 2014.**

MACIEL, D. T. G. N.; Zavala, A. A. Z. . **A Evolução da percepção da pobreza, as características mais comuns entre os mais pobres e as estratégias de minimização.** Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 14, p. 496-514, 2015.

MALUF, Renato; MATTEI, Lauro. **Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural.** Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Edição Especial Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, p. 15-26, 2011.

MARIJA J. NORUŠIS; **SPSS INC.** SPSS professional statistics 6.1. Prentice Hall, 1994.

MAXWELL, S. **The meaning and measurement of poverty.** ODI Poverty Briefing, n. 3, fev. 1999.

MESTRUM, F. **Mondialisation et Pauvreté: De l'Utilité de la Pauvreté Dans le Nouvel Ordre Mondial.** Paris: L'Harmattan, 2002.

MOCELIN, Cassia Engres. **O Programa Bolsa Família enquanto principal estratégia de enfrentamento à pobreza rural no contexto brasileiro atual.** Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, v. 15, 2010.

MOREIRA, Juliana Duffles Donato. **Estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Agosto de 2011.

MOREIRA, A. R.C.F.; DATHEIN, R. ; LIMA, E. F. ; OLIVEIRA, A. A. . **Políticas e programas de combate à pobreza e desenvolvimento de capacidades humanas: uma análise comparativa dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul**. In: III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano, 2010, Porto Alegre.

MUNDIAL, Banco. **Lucha contra la pobreza: panorama general**. Banco Mundial, 2001.

NARAYAN, D. **Voices of the poor - Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva 2006.

NORTH, Douglass C. **Limited access orders in the developing world: A new approach to the problems of development**. World Bank Publications, 2007.

PASQUALI, L. (2009). **Inteligência: um conceito equívoco**. Em: R. Primi. (Org.), *Temas em avaliação psicológica*. (pp. 56-60). Campinas, SP: IBAP.

PRIMI, R. **Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida**. *Avaliação Psicológica*, 2 (1), 67-77 (2003).

_____. **Validade de construto de um instrumento informatizado de avaliação dinâmica da inteligência fluida**. *Psico (PUCRS)*, 37, 109-122. (2006).

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza"**. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 260-282, 2010.

PETTERINI, M. **O Programa Bolsa Família e a Redução da Pobreza e das Desigualdades Sociais no Estado do Rio Grande do Sul**. 2012. 39f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Sociais e Humanas do Campus de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2012.

RAVALLION, M. *Poverty Comparisons*. Chur, Switzerland: Harwood Academic Publishers, 1994.

REIS, Carlos Nelson. “**A Relação Estado – Sociedade: o desmonte das instituições sociais e a exclusão social**”. In: II Encontro Nacional de Economia Política. PUC/ São Paulo, 27 a 30/05/1997.

REZENDE, Maria José de. **As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social**. *Convergência*, v. 14, n. 43, p. 169-209, 2007.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

SALAMA, Bruno Meyerhof. **Sete enigmas do desenvolvimento em Douglass North**. *Economic Analysis of Law Review*, v. 2, n. 2, p. 404-428, 2011.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. Nobel, 1994.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Editora Garamond, 1999.

SANTOS, Leonor et al. **Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. Augurium, 2004.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão de capacidades.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

SEN, Amartya Kumar; MENDES, Ricardo Doninelli. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Developmentas Freedom: Winner of the nobel prize for economics.** First published. New York: Oxford University Press, 1999.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACEREDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. **A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações.** In: Bahia Análise & Dados. Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos. Salvador: SEI, v. 21, n. 3, p.509-527, jul-set/2011.

SILVA, LUIZ INÁCIO LULA DA. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.** 2010.

SOARES, Sergei et al. **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e pobreza.** Bolsa família, v. 2010, p. 27-529, 2003.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras.** 2009.

SOUZA, André Portela et al. **Políticas de distribuição de renda no Brasil e o bolsa família.** Bacha EL, Schwartzman S. Brasil: a nova agenda social. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, p. 166-86, 2011.

SPICKER, Paul. **Definitions of poverty: eleven clusters of meaning.** The international glossary on poverty. London: Zed Books, p. 150-62, 1999.

TAVARES, Priscila Albuquerque et al. **Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 39, n. 1, p. 25-58, 2009.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial.** Revista de sociologia e política, n. 23, p. 55, 2004.

UL HAQ, Mahbub. **Human Development Reports.** 1990.

UNICEF et al. **Pobreza infantil nos países ricos 2005.** 2006.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Renavan: UCAM, IUPERJ, 1998.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica.** Revista Praia Vermelha, v. 18, n. 1, p. 120-145, 2008.

VIEIRA, Edmar Augusto. **Desigualdade e pobreza em perspectiva: caso de Mato Grosso.** 2009. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso.

WANDERLEY, Nazareth. **A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – O ‘Rural’ como Espaço Singular e Ator Coletivo.** Estudos Sociedade Agricultura, n.15:87-145. 2000.

World Bank GINI index. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI/> acessado em 07/11/2016.

XAVIER, Vinicius Layter. **Resolução do Problema de Agrupamento segundo o Critério de Minimização da Soma de Distâncias.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

YUNUS, Muhammad et al. **Hacia un mundo sin pobreza.** Andrés Bello, 1997.

7. Anexos

Quadro 16 - Indicador de presença de vulnerabilidade das famílias.

<u>Fecundidade:</u>
V1. Alguma mulher teve filho nascido vivo no último ano. V2. Alguma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos.
<u>Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens:</u>
V3. Presença de criança. V4. Presença de criança ou adolescente. V5. Presença de criança, adolescente ou jovem.
<u>Atenção e cuidados especiais com idosos:</u>
V6. Presença de idoso.
<u>Dependência demográfica:</u>
V7. Ausência de cônjuge. V8. Menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa.
<u>Presença da mãe:</u>
V9. Existe criança no domicílio cuja mãe já tenha morrido. V10. Existe criança no domicílio que não viva com a mãe.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 17 - Indicador de acesso ao conhecimento.

<u>Analfabetismo:</u>
C1. Presença de adulto analfabeto. C2. Presença de adulto analfabeto funcional.
<u>Escolaridade:</u>
C3. Ausência de adulto com fundamental completo. C4. Ausência de adulto com secundário completo. C5. Ausência de adulto com alguma educação superior.
<u>Qualificação profissional:</u>
C6. Ausência de trabalhador com qualificação média ou alta.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 18 - Indicador de acesso ao trabalho

<u>Disponibilidade de trabalho:</u>
T1. Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados. T2. Ausência de trabalhador que esteja a mais de seis meses no trabalho atual.
<u>Qualidade do posto de trabalho:</u>
T3. Ausência de ocupado no setor formal. T4. Ausência de ocupado em atividade não-agrícola.
<u>Remuneração:</u>
T5. Ausência de ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo. T6. Ausência de ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 19 - Indicador de disponibilidade

<u>Extrema pobreza:</u>
R1. Renda familiar per capita inferior à linha de extrema pobreza.
<u>Pobreza:</u>
R2. Renda familiar per capita inferior à linha de pobreza.
<u>Capacidade de geração de renda:</u>
R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 20 - Indicador de desenvolvimento

<u>Trabalho precoce:</u>
D1. Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando.
D2. Presença de ao menos uma criança com menos de 16 anos trabalhando.
<u>Acesso à escola:</u>
D3. Presença de ao menos uma criança de 0-6 anos fora da escola.
D4. Presença de ao menos uma criança de 7-14 anos fora da escola.
D5. Presença de ao menos uma criança de 7-17 anos fora da escola.
<u>Progresso escolar:</u>
D6. Presença de ao menos uma criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso.
D7. Presença de ao menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto.
D8. Presença de ao menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto.
D9. Presença de ao menos uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido.
D10. Presença de mais de uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido.
D11. Presença de mãe que já teve algum filho nascido morto.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 21 - Indicador de condições habitacionais

<u>Propriedade:</u>
H1. Domicílio não é próprio.
H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido.
<u>Déficit habitacional:</u>
H3. Densidade de 2 ou mais moradores por dormitório.
<u>Abrigabilidade:</u>
H4. Material de construção não é permanente.
<u>Acesso a abastecimento de água:</u>
H5. Acesso inadequado à água.
<u>Acesso a saneamento:</u>
H6. Esgotamento sanitário inadequado.
<u>Acesso à coleta de lixo:</u>
H7. Lixo não é coletado.
<u>Acesso à energia elétrica:</u>
H8. Sem acesso à eletricidade.
H9. Não tem ao menos a um dos itens: fogão ou geladeira.
H10. Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão ou rádio.
H11. Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio ou telefone.
H12. Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio, telefone ou computador.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

8. Apêndices

Tabela 2 – Classificação dos municípios com relação à pobreza e os clusters.

Municípios	Pobreza	Lista Clusters	Lista Novo Clusters
Paranaíta	0,3331	Cluster A	Novo Cluster A
Novo Mundo	0,3328	Cluster A	Novo Cluster A
Salto do Céu	0,3328	Cluster A	Novo Cluster A
Tangará da Serra	0,3326	Cluster A	Novo Cluster A
Santo Antônio do Leverger	0,3339	Cluster A	Novo Cluster A
Ponte Branca	0,3316	Cluster A	Novo Cluster A
União do Sul	0,3317	Cluster A	Novo Cluster A
Arenópolis	0,3349	Cluster A	Novo Cluster A
Nova Monte Verde	0,3349	Cluster A	Novo Cluster A
Porto Esperidião	0,3357	Cluster A	Novo Cluster A
Nova Lacerda	0,3451	Cluster A	Novo Cluster A
Novo Horizonte do Norte	0,3453	Cluster A	Novo Cluster A
Cláudia	0,3457	Cluster A	Novo Cluster A
Barão de Melgaço	0,3418	Cluster A	Novo Cluster A
Vila Bela da Santíssima Trindade	0,3423	Cluster A	Novo Cluster A
Brasnorte	0,3441	Cluster A	Novo Cluster A
Nossa Senhora do Livramento	0,3433	Cluster A	Novo Cluster A
Nova Canaã do Norte	0,3383	Cluster A	Novo Cluster A
São José do Rio Claro	0,3383	Cluster A	Novo Cluster A
Matupá	0,3381	Cluster A	Novo Cluster A
Chapada dos Guimarães	0,3375	Cluster A	Novo Cluster A
Paranatinga	0,3374	Cluster A	Novo Cluster A
Carlinda	0,3369	Cluster A	Novo Cluster A
Água Boa	0,3397	Cluster A	Novo Cluster A
Feliz Natal	0,3392	Cluster A	Novo Cluster A
Nova Maringá	0,3411	Cluster A	Novo Cluster A
São Pedro da Cipa	0,3409	Cluster A	Novo Cluster A
Barra do Bugres	0,3405	Cluster A	Novo Cluster A
Canabrava do Norte	0,3404	Cluster A	Novo Cluster A
Canarana	0,3402	Cluster A	Novo Cluster A
Nova Marilândia	0,3223	Cluster B	Novo Cluster A
Querência	0,3225	Cluster B	Novo Cluster A
Araguaiana	0,3228	Cluster B	Novo Cluster A
Reserva do Cabaçal	0,3226	Cluster B	Novo Cluster A
Denise	0,3214	Cluster B	Novo Cluster A
Mirassol d'Oeste	0,3213	Cluster B	Novo Cluster A

Itaúba	0,3210	Cluster B	Novo Cluster A
Juína	0,3212	Cluster B	Novo Cluster A
Nova Bandeirantes	0,3218	Cluster B	Novo Cluster A
Juara	0,3297	Cluster B	Novo Cluster A
Nova Ubiratã	0,3296	Cluster B	Novo Cluster A
Indiavaí	0,3290	Cluster B	Novo Cluster A
Porto Alegre do Norte	0,3290	Cluster B	Novo Cluster A
Itanhanga	0,3288	Cluster B	Novo Cluster A
São José do Xingu	0,3289	Cluster B	Novo Cluster A
Alto Garças	0,3286	Cluster B	Novo Cluster A
Nova Guarita	0,3284	Cluster B	Novo Cluster A
Pontes e Lacerda	0,3281	Cluster B	Novo Cluster A
Guarantã do Norte	0,3267	Cluster B	Novo Cluster A
Nova Santa Helena	0,3267	Cluster B	Novo Cluster A
Cocalinho	0,3267	Cluster B	Novo Cluster A
Jaciara	0,3260	Cluster B	Novo Cluster A
Nobres	0,3264	Cluster B	Novo Cluster A
Castanheira	0,3238	Cluster B	Novo Cluster A
Tabaporã	0,3237	Cluster B	Novo Cluster A
Bom Jesus do Araguaia	0,3246	Cluster B	Novo Cluster A
Rio Branco	0,3251	Cluster B	Novo Cluster A
Campo Novo do Parecis	0,2719	Cluster C	Novo Cluster B
Tapurah	0,2630	Cluster C	Novo Cluster B
Campos de Júlio	0,2826	Cluster C	Novo Cluster B
Lucas do Rio Verde	0,2819	Cluster C	Novo Cluster B
Ipiranga do Norte	0,2832	Cluster C	Novo Cluster B
Alto Taquari	0,2783	Cluster C	Novo Cluster B
Primavera do Leste	0,2877	Cluster C	Novo Cluster B
Ribeirãozinho	0,2881	Cluster C	Novo Cluster B
Nova Mutum	0,2888	Cluster C	Novo Cluster B
Juscimeira	0,2906	Cluster C	Novo Cluster B
Torixoréu	0,2912	Cluster C	Novo Cluster B
Sapezal	0,2939	Cluster C	Novo Cluster B
Itiquira	0,3016	Cluster D	Novo Cluster B
Sorriso	0,3013	Cluster D	Novo Cluster B
Araguainha	0,3001	Cluster D	Novo Cluster B
Figueirópolis D'Oeste	0,2982	Cluster D	Novo Cluster B
Cuiabá	0,3082	Cluster D	Novo Cluster B
Santa Carmem	0,3083	Cluster D	Novo Cluster B
Terra Nova do Norte	0,3080	Cluster D	Novo Cluster B

Nova Olímpia	0,3076	Cluster D	Novo Cluster B
Rondonópolis	0,3072	Cluster D	Novo Cluster B
Sinop	0,3036	Cluster D	Novo Cluster B
Várzea Grande	0,3033	Cluster D	Novo Cluster B
Alta Floresta	0,3062	Cluster D	Novo Cluster B
Nortelândia	0,3053	Cluster D	Novo Cluster B
Juruena	0,3127	Cluster D	Novo Cluster B
Santo Afonso	0,3126	Cluster D	Novo Cluster B
Guiratinga	0,3130	Cluster D	Novo Cluster B
Poxoréo	0,3123	Cluster D	Novo Cluster B
Marcelândia	0,3133	Cluster D	Novo Cluster B
Diamantino	0,3113	Cluster D	Novo Cluster B
Glória D'Oeste	0,3115	Cluster D	Novo Cluster B
Pontal do Araguaia	0,3099	Cluster D	Novo Cluster B
Santa Rita do Trivelato	0,3102	Cluster D	Novo Cluster B
Araputanga	0,3154	Cluster D	Novo Cluster B
Dom Aquino	0,3156	Cluster D	Novo Cluster B
São José do Povo	0,3157	Cluster D	Novo Cluster B
Novo São Joaquim	0,3152	Cluster D	Novo Cluster B
Campo Verde	0,3141	Cluster D	Novo Cluster B
Lambari D'Oeste	0,3146	Cluster D	Novo Cluster B
Curvelândia	0,3197	Cluster D	Novo Cluster B
Porto dos Gaúchos	0,3190	Cluster D	Novo Cluster B
Alto Araguaia	0,3180	Cluster D	Novo Cluster B
Vale de São Domingos	0,3175	Cluster D	Novo Cluster B
Gaúcha do Norte	0,3167	Cluster D	Novo Cluster B
Pedra Preta	0,3168	Cluster D	Novo Cluster B
Vera	0,3170	Cluster D	Novo Cluster B
Nova Xavantina	0,3161	Cluster D	Novo Cluster B
São José dos Quatro Marcos	0,3164	Cluster D	Novo Cluster B
Campinápolis	0,4402	Cluster E	Novo Cluster C
Colniza	0,4382	Cluster E	Novo Cluster C
Acorizal	0,3925	Cluster F	Novo Cluster C
Porto Estrela	0,3910	Cluster F	Novo Cluster C
Jangada	0,3941	Cluster F	Novo Cluster C
Alto Boa Vista	0,3801	Cluster F	Novo Cluster C
Cotriguaçu	0,3775	Cluster F	Novo Cluster C
Comodoro	0,3733	Cluster F	Novo Cluster C
Rosário Oeste	0,3729	Cluster F	Novo Cluster C
Peixoto de Azevedo	0,3698	Cluster F	Novo Cluster C

Colíder	0,3489	Cluster G	Novo Cluster C
General Carneiro	0,3494	Cluster G	Novo Cluster C
Jauru	0,3477	Cluster G	Novo Cluster C
Novo Santo Antônio	0,3477	Cluster G	Novo Cluster C
Conquista D'Oeste	0,3480	Cluster G	Novo Cluster C
Alto Paraguai	0,3484	Cluster G	Novo Cluster C
Planalto da Serra	0,3472	Cluster G	Novo Cluster C
Serra Nova Dourada	0,3512	Cluster G	Novo Cluster C
Tesouro	0,3513	Cluster G	Novo Cluster C
Aripuanã	0,3531	Cluster G	Novo Cluster C
Rondolândia	0,3538	Cluster G	Novo Cluster C
Apiacás	0,3651	Cluster G	Novo Cluster C
Nova Nazaré	0,3655	Cluster G	Novo Cluster C
Barra do Garças	0,3641	Cluster G	Novo Cluster C
Santa Terezinha	0,3647	Cluster G	Novo Cluster C
Confresa	0,3631	Cluster G	Novo Cluster C
Nova Brasilândia	0,3569	Cluster G	Novo Cluster C
Vila Rica	0,3569	Cluster G	Novo Cluster C
Poconé	0,3563	Cluster G	Novo Cluster C
Santa Cruz do Xingu	0,3560	Cluster G	Novo Cluster C
Luciara	0,3552	Cluster G	Novo Cluster C
Cáceres	0,3611	Cluster G	Novo Cluster C
Ribeirão Cascalheira	0,3607	Cluster G	Novo Cluster C
Santo Antônio do Leste	0,3579	Cluster G	Novo Cluster C
São Félix do Araguaia	0,3591	Cluster G	Novo Cluster C

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 22 - Correlation Matrix^a

	V	C	T	D	H	
Correlation	V	1,00	0,17	0,13	0,20	0,08
	C	0,17	1,00	0,55	0,18	0,27
	T	0,13	0,55	1,00	0,10	0,22
	D	0,20	0,18	0,10	1,00	0,19
	H	0,08	0,27	0,22	0,19	1,00
Sig. (1-tailed)	V		0,00	0,00	0,00	0,00
	C	0,00		0,00	0,00	0,00
	T	0,00	0,00		0,00	0,00
	D	0,00	0,00	0,00		0,00
	H	0,00	0,00	0,00	0,00	

a. Determinant = ,572

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 23 - KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	0,62
Bartlett's Test of Sphericity Approx. Chi-Square	66111,37
df	10,00
Sig.	0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 24 - Communalities

	Initial	Extraction
V	1,00	0,53
C	1,00	0,72
T	1,00	0,73
D	1,00	0,63
H	1,00	0,52

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 25 - Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,89	37,77	37,77	1,89	37,77	37,77	1,708	34,161	34,161
2	1,04	20,86	58,63	1,04	20,86	58,63	1,223	24,466	58,627
3	0,89	17,76	76,39						
4	0,74	14,74	91,13						
5	0,44	8,87	100,00						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 26 - Component Matrix^a

	Component	
	1	2
V	0,41	0,60
C	0,80	-0,29
T	0,75	-0,42
D	0,45	0,65
H	0,56	0,00

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 2 components extracted.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 27 - Rotated Component Matrix^a

	Component	
	1	2
V	0,09	0,73
C	0,84	0,11
T	0,85	-0,03
D	0,10	0,78
H	0,50	0,26

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 3 iterations.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 28 - Component Transformation Matrix

Component	1	2
1	0,89	0,46
2	-0,46	0,89

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 29 - Linhas de elegibilidade e benefícios do Programa Bolsa Família

Linhas de elegibilidade e benefícios do Programa Bolsa Família											
DATA	JANEIRO DE 2004	ABRIL DE 2006	JULHO DE 2007	DEZEMBRO DE 2007	JUNHO DE 2008	ABRIL DE 2009	JULHO DE 2009	MARÇO DE 2011	JUNHO DE 2011	ABRIL DE 2014	JUNHO DE 2016
LEGISLAÇÃO	Lei nº. 10.836	Decreto nº. 5749 (Revogado pelo Decreto nº. 6824 de 2009)	Decreto nº. 6157	Medida Provisória 411	Lei nº. 11.692 e Decreto nº. 6491	Decreto nº. 6824 (Revogado pelo Decreto nº. 6917 de 2009)	Decreto nº. 6917	Decreto nº. 7447	Decreto nº. 7494	Decreto nº. 8232	Decreto nº. 8794
LINHA DE POBREZA EXTREMA	R\$ 50,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00		R\$ 60,00	R\$ 69,00	R\$ 70,00			R\$ 77,00	R\$ 85,00
LINHA DE POBREZA	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00		R\$ 120,00	R\$ 137,00	R\$ 140,00			R\$ 154,00	R\$ 170,00
BENEFÍCIO VARIÁVEL	R\$ 15,00 (0 a 15)		R\$ 18,00 ((0 a 15)(até o limite de R\$ 54,00)	R\$ 18,00 ((0 a 15)(até o limite de R\$ 60,00) e R\$ 30,00 ((16 a 17)(até o limite de R\$ 60,00)	R\$ 20,00 ((0 a 15)(até o limite de R\$ 60,00) e R\$ 30,00 ((16 a 17)(até o limite de R\$ 60,00)		R\$ 22,00 ((0 a 15) (até o limite de R\$ 66,00) e R\$ 33,00 ((16 a 17) (até o limite de R\$ 66,00)	R\$ 32,00 ((0 a 15) (até o limite de R\$ 96,00) e R\$ 38,00 ((16 a 17) (até o limite de R\$ 76,00)	R\$ 32,00 (0 a 15) (até o limite de R\$ 160,00)	R\$ 35,00 ((0 a 15) (até o limite de R\$ 175,00) e R\$ 42,00 ((16 a 17) (até o limite de R\$ 84,00)	R\$ 39,00 ((0 a 15) (até o limite de R\$ 195,00) e R\$ 46,00 ((16 a 17) (até o limite de R\$ 92,00)
BENEFÍCIO FIXO	R\$ 50,00		R\$ 58,00		R\$ 62,00		R\$ 68,00	R\$ 70,00		R\$ 77,00	R\$ 85,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 30 - Participantes de Benefícios Variáveis

Participantes de Benefícios Variáveis				
DATA	JANEIRO DE 2004	DEZEMBRO DE 2007	JUNHO DE 2008	Outubro de 2011
LEGISLAÇÃO	Lei nº. 10.836	Medida Provisória 411	Lei nº. 11.692	Lei nº. 12.512
COMPOSIÇÃO	Gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.	Crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo pago até o limite de três benefícios por família; 2 - Adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos, sendo pago até o limite de dois benefícios por família.	Gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família; 2- adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.	Gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; 2- adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 31 - Condicionalidades

Condicionalidades				
DATA	JANEIRO DE 2004	DEZEMBRO DE 2007	JUNHO DE 2008	JULHO DE 2009
LEGISLAÇÃO	Lei nº. 10.836	Medida Provisória 411	Lei nº. 11.692	Decreto nº. 6917
CONDICIONALIDADES	exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.	Para os adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezesete) anos, o acompanhamento da frequência escolar considerará setenta e cinco por cento de frequência.	Para os adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezesete) anos, o acompanhamento da frequência escolar considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.	Frequência mínima de oitenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos, e à de setenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal de jovens com idade de dezesseis a dezessete anos.

Fonte: Dados da pesquisa.